

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UMA TOPOGRAFIA DE INTERESSES: A PRODUÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNB (1979-2006)

ERIC DE SALES

BRASÍLIA

2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Uma Topografia de interesses: a produção do programa de pós-graduação em
história da UnB (1979-2006)**

ERIC DE SALES

BRASÍLIA
2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Uma Topografia de interesses: a produção do programa de pós-graduação em
história da UnB (1979-2006)**

Eric de Sales

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder – da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Diva do Couto Gontijo Muniz

BRASÍLIA

2010

**Uma Topografia de interesses: a produção do Programa de Pós-Graduação em
História da UnB (1979-2006)**

28/10/2010

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Diva do Couto Gontijo Muniz – PPGHIS/UnB

Prof. Dr. Ernesto Cerveira de Sena - UFMT

Profª. Drª. Lea Maria Carrer Yamashita – Consultora Externa

**Profª. Drª. Vanessa Brasil – PPGHIS/UnB
(suplente)**

RESUMO

Um esforço de exame crítico da produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília foi o que procuramos realizar na presente dissertação. Sob o título “Uma topografia de interesses: a produção do Programa de Pós-Graduação em História da UnB (1979-2006)”, enfocamos a dimensão quantitativa das dissertações e teses produzidas naquele espaço institucional em seus trinta anos de funcionamento. Ao lado disso, também procedemos à localização dessa produção nas respectivas áreas de concentração e linhas de pesquisa do PPGHIS/UnB. O propósito em conhecer a história da história produzida no programa exigiu-nos ainda uma leitura atenta às relações de poder, às regras e técnicas que presidiram a elaboração das dissertações e teses, em cada um dos 03 (três) momentos do PPGHIS/UnB: 1976 a 1993; 1994 a 2003 e 2004 a 2006. Na topografia de interesses teóricos, metodológicos, temáticos, espaciais e cronológicos que compõem o desenho do programa, as evidências de uma cultura historiográfica singular, marcada pela diversidade e, ao mesmo tempo, também pela unidade que igualmente a identifica. Esta se anuncia em alguns padrões temáticos, como a permanência da história política, vocação primeira do programa, e o predomínio da história do Brasil.

Palavras-chave: história – historiografia – pós-graduação em história – Universidade de Brasília.

ABSTRACT

An effort of critical examination of academic production of the Post-Graduate Program of the University of Brasília was what we have tried to perform in this dissertation. Under the title “A topography of interests: the scientific production of the quantitative dimension of dissertations and thesis produced at that institutional space in his thirty years of operation. Besides, it was also proceeded the location of these production in their respective concentration area and research lines of PPGHIS/UnB. The purpose in knowing the history of history produced in the program required us yet a careful reading of power relations, rules and techniques that oriented the preparation of thesis and dissertations in each of the 03 (three) moments of PPGHIS/UnB: 1976 to 1993; 1994 to 2003 and from 2004 to 2006. In the topography of theoretical, methodological, thematic, spatial and chronological interests that compose the program design, the evidence of unique culture historiography, bathed by the diversity and at the same time also bathed by the unity that identifies it too. This is announced in some thematic patterns, such as the permanence of political history, the primary vocation of the program, and the predominance of Brazil’s history.

Key-words: history – historiography – Post-Graduate in History – University of Brasília.

AGRADECIMENTOS

Ao longo de dois anos de trabalho árduo, com altos e baixos pessoais, contei com o apoio de muitas pessoas, que estiveram envolvidas com minha dissertação e que sem as quais não teria concluído essa etapa tão importante de minha formação. Desta forma, gostaria de agradecer-lhes, pois foram fundamentais nesse período de minha vida.

Quero agradecer aos colegas do Programa, que contribuíram com momentos riquíssimos de discussão e convívio, em especial aos membros do corpo editorial da Revista Em Tempos de Histórias, no período de 2008/2010.

A professora Ione Oliveira, do Departamento de História, que sempre conversou comigo e contribuiu para que enriquecer intelectualmente, com discussões profícuas. Aos professores Anderson Oliva e Albene Mírian Ferreira Menezes, que participaram da defesa do projeto de dissertação, colaborando com suas sugestões, para que pudesse ter novos olhares sob meu projeto de pesquisa.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela bolsa que me foi concedida, possibilitando a realização desta pesquisa.

Em especial, há três agradecimentos importantíssimos, sendo o primeiro para minha namorada, Suellen Neto Pires Maciel, que foi um porto seguro, dando forças para a conclusão da dissertação e superação de dificuldades pessoais. Sem sua força não sei como estaria hoje. À minha família, em especial minha mãe e sobrinha, que sem o amor delas não sonharia um terço do que sonho e conquisto hoje.

Mas, o mais importante de todos os agradecimentos é para minha orientadora, professora Diva do Couto Gontijo Muniz, que acreditou em meu trabalho e em mim, vendo todos os meus altos e baixos, dando carinho e sendo enérgica quando necessário. Uma pessoa que me ensinou, com sua dedicação pelo ofício de professora/historiadora, como me portar em sala de aula, com meus alunos e orientandos. Estar sob sua orientação foi um privilégio que guardarei por toda a minha vida. A ela devo conselhos, críticas e sugestões para essa dissertação. Sem sua crença em mim, este trabalho não ocorreria. Muito obrigado, professora.

E, acima de tudo, agradecer a Deus por conseguir concluir essa etapa da vida acadêmica.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 01	
História, Historiografia e crítica historiográfica	11
Capítulo 02	
O Programa e sua produção: uma topografia de interesses	34
Capítulo 03	
Na pluralidade, alguns padrões temáticos e discursivos.....	70
Considerações Finais	97
Referência bibliográfica	99

Introdução

Conhecer a história da história produzida no espaço acadêmico do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) foi desafio a nós colocado como alunos da disciplina Historiografia do Brasil, durante o curso de graduação, ao sermos interpelados pela proposta de pesquisar as dissertações e teses daquele programa. Embora na condição de pesquisador iniciante, até mesmo um pouco inseguro diante dos grossos volumes que me couberam na partilha daquela produção, não há como não reconhecer que a pesquisa possibilitou-nos acessar diferentes temas, objetos, recortes temporais e espaciais, modos de pesquisar e de escrever história.

Tratava-se, é certo, de um conhecimento e reconhecimento superficiais, decorrentes de nossas condições de produção àquele momento. Foi justamente essa limitação que nos motivou a querer aprofundar a pesquisa sobre a produção do PPGHIS/UnB e que resultou na monografia de final do curso de graduação centrada nessa temática, defendida em 2007. O trabalho de graduação resultou em mapeamento primeiro da produção, com a identificação do quantitativo de dissertações e teses, bem como sua localização em cada uma das áreas de concentração/linhas de pesquisa do PPGHIS/UnB em três momentos de seu percurso: de 1976 a 1993, período de sua criação e de sua primeira reestruturação; de 1994 a 2003, período de sua segunda reestruturação e de criação do doutorado; de 2004 a 2006, período em que completou 30 (trinta) anos de funcionamento, com a transformação das antigas linhas de pesquisa em 04 (quatro) áreas de concentração, reduzidas logo depois em três.

A vontade de melhor conhecer a história da história do PPGHIS/UnB respondeu pelo ingresso no mestrado desse programa, com o projeto de pesquisa que dava continuidade aos estudos já realizados. Nessa continuidade, o aprofundamento da pesquisa sobre tal produção, com o propósito de avançar no sentido de uma análise qualitativa, um esforço de exame crítico da historiografia produzida naquele espaço acadêmico.

Trata-se de vontade de saber, de proposta de pesquisa acerca de uma temática inscrita nas preocupações do campo historiográfico brasileiro contemporâneo. Proceder ao exame crítico de historiografia, atentando para as

relações de poder, as regras, os padrões temáticos que informam a escrita da história e a cultura historiográfica de um dado lugar social e em um dado momento constituem um dos desafios colocados aos do ofício e uma exigência do campo disciplinar da história. Afinal, toda escrita da história encontra-se ancorada em um tempo social e institucional, submetida às regras e convenções da comunidade de historiadores e das instituições científicas. Toda escrita da história encontra-se, enfim, atravessada pela historicidade e cabe a nós, historiadores, acessá-la, traduzi-la, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos, seja em ambos.

Entendemos que na produção acadêmica há uma cultura historiográfica com seus padrões temáticos e discursivos, até porque não se encontra fora da cultura histórica do país e nem desatrelada da cultura historiográfica, nacional e internacional. As teses e dissertações do programa apontam-nos práticas de pesquisa e de escrita da história arbitradas e reconhecidas pela/na comunidade. Além disso, obedecem aos procedimentos difundidos institucionalmente para a obtenção da titulação de mestre/doutor em história. Nesse sentido, não há como não reconhecer a universidade, com seus programas de pós-graduação, como principal espaço, embora não exclusivo, de produção de conhecimento histórico.

Algumas questões iniciais orientam nosso trabalho de pesquisa e de avaliação das fontes priorizadas, ou seja, as referidas teses e dissertações do programa. Dentre elas: como se dá a relação entre história, historiografia e poder? qual percurso da produção do PPGHIS/UnB? nesse percurso, quais as aproximações e distanciamentos com o da historiografia brasileira? o que essa produção apresenta de singular e de comum? quais interesses e necessidades nortearam as duas reestruturações do PPGHIS/UnB? essa produção responde pela configuração de uma cultura historiográfica?

O recorte temporal priorizado – 1976/2006 – pareceu-nos significativo, pois demarca os trinta anos de funcionamento do programa, criado em 1976. O período de três décadas aponta-nos para a consolidação de áreas de pesquisa, de constituição de alguma tradição, de engendramento do sentimento de pertencimento e de reafirmação simbólica do mesmo, do laço que une os do ofício.

Construímos o objeto de estudo, orientados pelo entendimento da historiografia como a escrita da história e, ao mesmo tempo, também como a história da história, ou seja, reconhecendo a historicidade do conhecimento histórico produzido. Reconhecer essa dimensão do conhecimento da história, implícita no

movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social, é exigência colocada ao campo disciplinar e aos do ofício. Pensar a historiografia, a escrita da história, a partir da relação paradoxal entre dois termos antinômicos – o real e o discurso – e responder ao desafio de articulá-los, e onde esse laço não é possível, fazer como se os articulasse, apresenta-se como tarefa incontornável ao historiador, como nos ensina Michel de Certeau. Escrever história, como assinala esse autor, essa operação que estabelece uma relação com o tempo que não é nem primeira nem a única possível, implica “gerar um passado, circunscrevê-lo, organizar o material heterogêneo dos fatos para conseguir no presente uma razão”¹ Pensar, enfim, a história em sua dimensão plural e relativa, assim como o passado que narra, irreduzível, portanto, a uma única forma e conteúdo, são modos de pensar e de se escrever a história que nortearam a elaboração da presente dissertação.

A pesquisa feita mostrou-nos uma topografia de interesses teóricos, metodológicos, temáticos, espaciais e cronológicos compondo o desenho da produção acadêmica do programa. Nela, as evidências de uma cultura historiográfica singular, marcada pela diversidade e heterogeneidade de temas/objetos/perspectivas. Acrescente-se, ainda, a percepção de um percurso que acompanha o da historiografia brasileira, com o predomínio das dimensões política, social e cultural, nas décadas 1970, 1980 e 1990, respectivamente. Além disso, também os traços de unidade que igualmente identificam aquela produção acadêmica, expressos nas permanências da história política, marca de sua vocação primeira, e ainda o predomínio da história do Brasil em todos os momentos do PPGHIS/UnB.

Para o desenvolvimento do tema, estruturamos a dissertação em três capítulos. No primeiro – História, historiografia e Crítica Historiográfica – discutimos as relações entre história, historiografia e poder, mobilizados pela preocupação em evidenciar as estreitas relações entre saber e poder e assinalar que o saber histórico, como qualquer campo de conhecimento, não é um saber neutro, mas localizado, submetido as regras que definem o que pode e o que não pode ser aceito como verdade em cada momento histórico.

No segundo capítulo – O Programa e sua produção: uma topografia de interesses –, procedemos a um mapeamento quantitativo da produção, com a

¹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007. P.32.

identificação das áreas de concentração/linhas de pesquisa e de seus recortes temporais, espaciais, temáticos e objetos considerados em cada um dos trabalhos. Nessa análise, procuramos traduzir os principais interesses, disputas e necessidades que informaram a produção das dissertações e teses nos três momentos do PPGHIS/UnB, marcados por duas reestruturações: 1976-1993; 1994-2003; 2004-2006.

No último capítulo – Na pluralidade, alguns padrões temáticos e discursivos – procedemos a uma análise mais detalhada de algumas teses/dissertações de cada um daqueles três momentos no esforço em identificar alguns de seus principais padrões temáticos e discursivos. Na leitura feita, o propósito de reconhecimento dos traços configuradores da cultura historiográfica constituída no espaço do programa.

Capítulo 01

História, Historiografia e crítica historiográfica

Como proceder ao exame crítico de uma obra histórica, ou de um conjunto de obras, sem pensar a relação história e historiografia? Como realizar esse exercício sem buscar as conexões entre teoria, história e historiografia? Entre saber e poder? Refletir sobre o fazer histórico, remete-nos às reflexões de Michel de Certeau para que *“em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’”*².

Compartilhando dessa idéia, entendemos que a teoria é indispensável à operação historiográfica, ela funciona como a lente que usamos para realizar a análise, o fio com que tecemos a trama, a diretriz que seguimos para construir o objeto. Com efeito, ao pesquisar sobre o passado não o resgatamos, mas dele fazemos uma leitura a partir das versões que nos chegam, das visões produzidas sobre ele, sendo que tais leituras variam conforme a lente teórica utilizada pelo historiador. Essa lente indica o lugar social e histórico em que o autor e texto se localizam. Naquelas condições estão também as regras, os modelos e relações de poder que direcionam e assujeitam o historiador em seu ofício.

Se, para Certeau, a história é uma operação, um discurso produzido sobre um determinado acontecimento passado, e não esse passado, todavia nem todos da comunidade têm, porém, essa mesma concepção. Alguns historiadores dos *Annales*, por exemplo, até há bem pouco tempo entendiam que era possível escrever uma história total das experiências humanas passadas. Ora, não apenas o passado é irrecuperável, pois já passou, mas também sua totalidade jamais poderá ser alcançada visto que, em si, ela é ilimitada, o que inviabiliza de antemão a pretensão do historiador de recuperá-lo e muito menos totalmente. O historiador constrói uma narrativa sobre uma parcela do passado que seleciona, organiza e significa, a partir da análise dos vestígios desse, das leituras deixadas por outros, sobre a experiência passada. O passado é então re-criado, re-significado segundo

² Idem, **Ibidem**. P. 66.

sua visão, segundo os códigos culturais que informam sua localização no mundo.³ A narrativa que o historiador constrói a partir de sua pesquisa e de sua análise assujeita-se às regras da comunidade e das instituições que autorizam e legitimam o fazer historiográfico. Escrever história compreende, na perspectiva dada por Certeau, uma operação científica que envolve um lugar social, uma prática e um produto. Trata-se de operação que inclui atribuição de sentidos e esta significação depende de um sistema de referência que, conforme Certeau,

permanece uma 'filosofia' implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à 'subjetividade' do autor [...] Os 'fatos históricos' já são constituídos pela introdução de um sentido na 'objetividade'. Eles enunciam, na linguagem da análise, escolhas que lhes são anteriores, que não resulta, pois, da observação [...] sobre o fundo de uma totalidade histórica, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as dos pensadores que se vestem de historiadores.⁴

Jurandir Malerba⁵, embora compartilhe da acepção de história como narrativa, defende, porém, que a história se diferencia de outras formas do gênero de narração por possuir um método próprio para sua escrita. Para ele, não é permitido ao historiador devanear sobre um determinado assunto, visto que deve seguir regras e procedimentos para a formulação e apresentação dos resultados de sua pesquisa. Além de tal característica, deve-se ter em consideração à própria historicidade que preside o conhecimento histórico, tributária das contribuições que o antecedem, direta ou indiretamente.

Já, segundo Chartier, a história diferencia-se de outros gêneros da narração, pois, a prática historiográfica se desloca para outras estruturas narrativas até então desconsideradas pela história, em especial aquelas vinculadas à literatura. Ainda, no entender do historiador, a busca por um conhecimento é inerente à história, fundindo operações particulares da disciplina, como a análise de dados, formulação de

³ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P.09-10.

⁴ CERTEAU, Michel de. **Op. Cit.** P. 66.

⁵ MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. P. 18.

hipóteses, a crítica e verificação de resultados, a articulação entre o discurso do historiador e seu objeto de pesquisa. Assim, como ressalta o historiador,

mesmo que escreva de uma forma 'literária', o historiador não faz literatura, e isso pelo fato de sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio [...] Dependência [...] em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas que são as do seu ofício. Reconhecer suas variações (a história de Braudel não é a de Michelet) nem por isso implica concluir que esses constrangimentos e critérios não existem, e que as únicas exigências que refreiam a escrita da história são as que governam a escrita da ficção.⁶

Alguns historiadores entendem que a história não tem objeto específico nem método próprio, já que trata das ações humanas, comuns às áreas das Ciências Humanas e Sociais e utiliza conceitos e procedimentos de outros campos do conhecimento, como a Literatura, a Sociologia, a Antropologia, dentre outros. Nesse sentido, como bem atenta Ângela Maria de Castro Gomes, "*a história não é nem muito fiel nem muito fértil, mas pode ser extremamente instigante do ponto de vista teórico e metodológico, justamente porque, assim procedendo, promove uma série de 'encontros'*".⁷ Para a historiadora, embora objetos e métodos não sejam específicos da história, esta disciplina distingue-se das demais pelos encontros disciplinares que promove sob o signo da temporalidade. Para a historiadora,

o trabalho por excelência do historiador é o do "narrador". E é um trabalho extremamente consciente do poder da narrativa como estratégia de interpretação entre teoria e empiria. Eu realmente penso que o trabalho do bom historiador caminha por aí.⁸

⁶ CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. P. 110-111.

⁷ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Reflexão teórico metodológica dos historiadores brasileiros: contribuição para pensar a nossa história*. In: GUAZELLI, César Augusto Barcellos e outros (orgs). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. P. 20.

⁸ Idem, **Ibidem**. P. 22.

O método, segundo Certeau, muito mais que indicação de caminho, tem a função de iniciação de um grupo, ou seja, para que se possa escrever sobre história e ser reconhecida pelos pares, deve-se seguir regras, escolher técnicas e estratégias discursivas. Os métodos têm uma função social de proteger, diferenciar e manifestar o poder de um corpo de mestres e de letrados.⁹ Desta forma, fazer o exame crítico da produção do PPGHIS é buscar localizá-la no campo historiográfico e reconhecê-la a partir de uma combinação de “*lugar social, de práticas científicas e de uma escrita*”.¹⁰

Entretanto, para muitos historiadores, o que vai diferenciar o trabalho do historiador de um mero narrador é a questão do método. Sua exigência para a História se afirmou no século XIX, com o estabelecimento dessa como disciplina, com estatuto de ciência. Segundo Carla B. Pinsky, no século XIX foram “*estabelecidos parâmetros metodológicos cientificistas rígidos orientadores da crítica interna e externa das fontes escritas, arqueológicas e artísticas, priorizando investigações sobre a importância da autenticidade documental*”.¹¹

Sob tal lógica científica, estabeleceu-se que o único testemunho credenciado para comprovar a experiência passada seriam os documentos escritos e oficiais. A escrita da história estava presa a uma visão de que seria possível recuperar o passado, tal como ele ocorrera, através das fontes escritas e oficiais, a prova confiável do que ocorrera. Afinal, entendia-se que as fontes falavam por si próprias e que seriam a tradução exata do ocorrido, por se considerar a linguagem como transparente, e não atravessada por camadas de textos e de sentidos. Tributaria do pensamento rankeano, tal perspectiva tem uma longa permanência na forma de se pensar e de se escrever a história, com ressonância até os dias atuais.

Resulta, desse entendimento, a tradição metódica de valorização do documento escrito como prova verídica e única dos acontecimentos, do entendimento do empírico como sinônimo de realidade. Trata-se de importância construída, conferida pelos historiadores que pensavam a história a partir da perspectiva positivista de se escrever história, de se produzir conhecimento. No livro “*A Pesquisa em história*”, Yara Maria Aun Khoury e outras autoras ressaltam essa

⁹ CERTEAU, Michel de. **Op. Cit.** P. 73.

¹⁰ Idem. **Ibidem.** P. 66.

¹¹ PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. P. 11.

“marca” positiva, a da valorização do documento conferida pelos historiadores, integrantes da chamada “escola metódica”. Segundo aquelas:

A valorização do documento como garantia da objetividade, tão presente entre os positivistas, exclui a noção de intencionalidade contida na ação estudada e na ação do historiador [...] Apreender o real seria conhecer os fatos relevantes que se impõem por si mesmos ao conhecimento do historiador. Em decorrência, só consideravam relevantes para a história aquilo que estava documentado e daí a importância dos fatos da política institucional: atos do governo, atuação de grandes personalidades, questões de política internacional, etc.¹²

Entendemos que por mais neutro e imparcial que o historiador pretendesse e julgasse ser, tal objetividade jamais poderia ser alcançada, considerando-se a impossibilidade de uma total renúncia da subjetividade, dimensão constitutiva de todo sujeito, pois informa sua visão de mundo e se desdobra em sua forma de pensar e organizar o passado e de escrever a história. Subjetividade, essa, que é historicamente engendrada, pois desde seu nascimento o historiador já chega ao mundo cercado por signos e termos que conformam seu modo de pensar e agir. Tais significações expressam-se na escolha de seus amigos, de seu curso de graduação, do tema de sua monografia, de suas preferências historiográficas. Com efeito, o historiador sempre vai falar de seu lugar social e de seu mirante temporal, ou seja, vai carregar consigo valores, conceitos e preconceitos produzidos e transmitidos culturalmente, seja nas relações pessoais, seja nas impessoais. A escrita da história – desde a escolha do tema à conclusão da dissertação ou tese – está atravessada pela subjetividade, que é aspecto de sua historicidade, das condições de produção do autor, de seu tempo e lugar social e institucional.

Nas redes da escola metódica, o historiador acabou enredado à exigência de verificar a autenticidade de suas fontes, o que acabou por aprisioná-lo aos documentos oficiais, ignorando outras formas de vestígios, e de possibilidades de diálogo com o passado, que nós acessamos também por meios de registros outros, como fontes iconográficas, moedas, música, oralidade, cartografia e literatura.

¹² KHOURY, Yara Maria Aun, Et al, **A Pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 2003. P. 13-14.

Somente com o movimento de revisão da História, de abertura para novas abordagens, objetos, problemas e ampliação do conceito de fontes, efetivado principalmente, mas não exclusivamente, pelos historiadores dos *Annales*, é que o estatuto de onipotência do documento foi abalado. Com a Escola dos *Annales* os historiadores exercitam a abordagem interdisciplinar, ampliando o diálogo com outras disciplinas – tais como Antropologia, Psicologia e Economia –, além de ampliar seu conceito de fontes e de introduzir novos temas, abordagens e problematizações.

Para os seguidores dos *Annales*, “o documento já não falava por si mesmo”¹³, como acreditavam os positivistas, mas necessitava de perguntas definidas como adequadas, do levantamento de questões a partir do presente. A intencionalidade passa a ser alvo de preocupação por parte do historiador, em um duplo sentido: a intenção do agente histórico presente no documento e a intenção do pesquisador ao se acercar desse documento.¹⁴ Os trabalhos que utilizam fontes sobre economia, trabalho, sociedade se multiplicam. A História é vista como movimento profundo do tempo, como processo atravessado por múltiplas temporalidades e diferentes durações temporais concomitantes: estrutura, conjuntura e acontecimento.

Embora tais contribuições para a produção do conhecimento histórico sejam inegáveis, a historiografia produzida pelos *Annales* ficou durante muito tempo atrelada à idéia de uma história total, à pretensão de abarcar a totalidade das experiências humanas do passado, que, de antemão, opunha-se à idéia de uma história-problema, defendida pelo projeto dos *Annales*. O re-direcionamento para uma história plural, voltada para tudo e não para o todo, ocorreu com os novistoristas, a terceira geração¹⁵ dos *Annales*, acusada por Dosse de ter traído os fundadores e sua proposta totalizadora. Este historiador, ao fazer a crítica da

¹³ Idem. **Ibidem.** P. 15.

¹⁴ Idem. **Ibidem.** P. 15.

¹⁵ O conceito de geração utilizado nesta dissertação foi retirado da sociologia, mais especificamente do sociólogo Karl Mannheim, que define geração como o grupo de pessoas nascidas na mesma época, que viveu os mesmos acontecimentos sociais durante a sua formação e crescimento e que partilha a mesma experiência histórica, sendo esta significativa para todo o grupo, originando uma consciência comum, que permanece ao longo do respectivo curso de vida. A ação de cada geração, em interação com as imediatamente precedentes, origina tensões potenciadoras de mudança social. Neste sentido, cada geração de historiadores, e para exemplificar podemos citar a primeira geração dos *Annales*, ou o grupo de Le Goff, Marc Ferro, entre outros, viveu momentos específicos, partilhando experiências e fazendo leituras do mundo.

pluralização ocorrida na história, lamenta o “*fato de ela ter sido estilhaçada pela proposta de se pensá-la múltipla relativa e diferentemente*”.¹⁶

Contemporaneamente, novos conceitos, perspectivas, abordagens e problemas vão sendo incorporados ao trabalho do historiador. Como bem ressalta Carla B. Pinsky, as mudanças ocorridas após a 2ª Guerra, dentre elas, a maior complexidade do social, o processo de globalização e fragmentação, as demandas dos novos movimentos sociais, dos movimentos ecológicos, feministas e étnicos, a derrocada do socialismo, exigiram do historiador um instrumental teórico e metodológico mais afinado e apropriado para apreender esse mundo múltiplo e plural, em rápido processo de mudança e de crescente complexidade e diferenciação. Segundo a autora,

Como em cultura nada permanece imutável, mediante novas realidade nos finais dos anos 60 do século XX – constestação da legitimidade do poder em todas as suas formas, revolta estudantil na França, ditaduras patrocinadas pelos Estados unidos na América Latina, repressões nas repúblicas socialistas do Leste europeu, críticas ao stalinismo e a todas as violações de direita e de esquerda aos direitos humanos, recrudescimento de movimentos neo-anarquistas, reivindicações do movimento feminista e muitos outros – , os historiadores são chamados a voltar-se para as questões candentes do tempo presente.¹⁷

A partir dos anos 1960, a emergência de novos movimentos sociais, formados por grupos de negros, mulheres, indígenas, idosos, ecologistas, ex-combatentes, minorias étnicas e raciais, com suas pautas e demandas pela igualdade de direitos civis e políticos, adquiriu também visibilidade no espaço público que não mais podia continuar ignorada pela história. Nesse campo, verifica-se um redirecionamento quanto a abordagens, objetos, temas, problemas e perspectivas de modo a incorporar sujeitos/objetos até então excluídos do discurso historiográfico. Mulheres, operárias, quilombolas, minorias étnicas, cotidiano, privacidade, sensibilidade,

¹⁶ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Sobre gênero, sexualidade e o segredo de Brokeback Mountain: uma história de aprisionamento*. In STEVENS, Cristina M. T.; NAVARRO-SWAIN, Tania (orgs). **A construção dos corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. P. 123.

¹⁷ PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Op. Cit.** P. 14

mentalidade, sociabilidade, imaginário, corpo, sexualidade, gênero, escolaridade, religiosidade, oralidade, identidade, poderes e saberes ganham visibilidade e centralidade historiográficas, abrigadas em diferentes domínios da história. Essa pluralização foi objeto de adoção e também de críticas e lamentações, como fez Dosse.

Na área da história social, sobretudo a vertente de tradição marxista, ocorre igualmente uma revisão, onde é visível a preocupação não apenas com a sociedade, mas também com a cultura. Permanece a preocupação com os conflitos sociais, mas alarga-se o espectro, enfocando-os como experiências que não se reduzem aos choques de interesses de classes, mas incluem também o conflito de valores. Classe é vista em sua historicidade, a partir da visão de processos e não das estruturas, enfoque até então predominante, sob a lógica marxista ou dos estruturalistas dos *Annales*.

Essa releitura do social, atenta à experiência constitutiva dos sujeitos históricos, sejam eles classes sociais ou individuais, e à dimensão simbólica da cultura, entendida como sistema de significados, é incorporada nas análises de vários historiadores sociais, seguindo, assim, a trilha iniciada por E. P. Thompson e Christopher Hill, dentre outros. Ocorre, portanto, a valorização da experiência humana, da experiência vivida e percebida pelos atores sociais e traduzida, pelos historiadores, “*na sua condição como cultura – valores, tradições, idéias, instituições, arte, religião etc*”.¹⁸

José Carlos Barreiro¹⁹ foi um dos primeiros historiadores brasileiros a insistir na importância do exame crítico da historiografia e na necessidade de revisão de obras consideradas “clássicas”. Pensando à luz das reflexões de E. P. Thompson sobre a importância da experiência e cultura na constituição da classe operária inglesa, Barreiro propõe uma releitura de obras já “sacralizadas”, como as de Emilia Viotti e Caio Prado Júnior. Na opinião desse autor, não é possível repensar a História do Brasil sem discutir os trabalhos dos clássicos, sob pena de se ver alimentado o paradoxo de se fazer uma história sem memória. Neste sentido, parece-nos que igualmente não é possível conhecer a história da historiografia brasileira sem um exame crítico das produções acadêmicas dos programas de pós-

¹⁸ THOMPSON, E. P. Apud KHOURY, Yara Maria Aun, et al. **Op. Cit.** P. 18

¹⁹ BARREIRO, José Carlos. *E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções*. In **Revista Projeto História**, n. 12, São Paulo: Editora Unesp, 1995.

graduação das universidades brasileiras, instituições que ocupam o lugar hegemônico, embora não exclusivo, de produção da história e do conhecimento histórico no país.

Com a pluralização ocorrida no campo, observada a partir dos anos 1980, abrem-se as portas para múltiplas possibilidades de uso de fontes, de levantamento de problemas, de escolhas de temas, de definições de métodos, de adoção de perspectivas, de construção de objetos. O cotidiano passa a ser uma das dimensões do social contempladas pelos historiadores, pois é ali justamente o espaço privilegiado para a vivência das experiências sociais. Para enfrentar tal desafio, torna-se mister que o historiador saiba interpretar diversas outras linguagens – artística, musical, poética, lingüística, etc. –, materializações de diferentes criações e leituras do mundo.

O historiador, ao analisar uma fonte, independente da perspectiva adotada, vai produzir uma leitura possível e não “a” leitura. Trata-se de leitura marcada pelo lugar social do historiador, informado não só pelas condições socioeconômicas e políticas, mas também pelo sistema de valores, idéias, imagens, regras, significações que presidem sua visão de mundo. Assim, a produção do conhecimento histórico, que se dá através da pesquisa e escrita da história, essa operação cognitiva que torna dizível e visível a profunda experiência temporal²⁰, encontra-se ancorada em um tempo social e cultural, traz as marcas de um dado autor e de um dado tempo social e histórico em que a história é escrita, ou seja, encontra-se atravessada por um regime de historicidade.

Nessa perspectiva, percebemos historiografia, tal como a concebe Koselleck, como a escrita da história e, ao mesmo tempo, como uma história da história. Trata-se, porém, de concepção percebida de forma diferente por diversos autores. Assim, para Frank Ankersmit historiografia é vista

como um dique coberto por uma camada de gelo no final do inverno, o passado foi coberto por uma fina crosta de interpretações narrativas; e o debate histórico é muito mais um debate sobre os

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. In **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 135.

componentes da crosta do que propriamente sobre o passado encoberto sob ela.²¹

Igualmente próxima à concepção de Koselleck é a do historiador Charles Olivier Carbonell. Este define a historiografia como a história do discurso: um discurso que, ao ser escrito, se afirma verdadeiro; um discurso que os homens sustentariam sobre seu passado. Portanto, um produto da cultura e, como tal, atravessado de historicidade. Nas palavras de Carbonell:

O que é historiografia? Nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre seu passado. É que a historiografia é o melhor testemunho que podemos ter sobre as culturas desaparecidas, inclusive sobre a nossa – supondo que ela ainda existe e que a semi-amnésia de que parece ferida não é reveladora da morte. Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projeta para trás de si a sua própria imagem.²²

Em outra direção reflete Jurandir Malerba. Para ele, a historiografia seria, “*a retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração*”²³; ou seja, a busca que cada geração empreende no entendimento de como foi interpretado o passado e na identificação das razões de determinadas perguntas ou enfoques terem tido mais peso do que outros em dada sociedade e época. O autor compartilha a perspectiva de Rüsen, a de que a historiografia seria “*parte integrante da pesquisa histórica, cujos resultados se enunciam, pois, na forma de um saber redigido*”.²⁴ A produção historiográfica, segundo Malerba, torna-se, ao mesmo tempo, “objeto e fonte histórica”, uma fonte que faz referência às práticas culturais do período em que se insere.

Durval Muniz Albuquerque Junior define historiografia como o trabalho de produção do passado, de atribuição de sentido aos eventos, como um discurso que

²¹ ANKERSMIT, Frank Apud MALERBA, Jurandir. **Op. Cit.** 2006. P. 19.

²² CARBONELL, Charles Olivier Apud MALERBA, Jurandir. **Op. Cit.** 2006. P. 21.

²³ MALERBA, Jurandir. **Ibidem.** P. 17.

²⁴ RÜSEN, Jörn, **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: EdUnB, 2001. P. 46.

produz um passado, ao produzir versões, interpretações, sentidos para os eventos, os acontecimentos do passado. Segundo esse autor,

a historiografia é produto de um trabalho, de um trabalho de atribuição de sentido aos eventos, aos acontecimentos do passado. Concordo que o historiador exerce um trabalho de produção do passado, que este o fabrica como um artefato. Concordo que este exerce uma tarefa de produção de versões para aquilo que se passou, que produz sentido para os tempos, que dá a eles existência e consistência. Mas considero que o trabalho que realizamos não tem caráter maquínico, o caráter fabril. O caráter plenamente moderno, que as imagens e metáforas usadas tanto por Certeau quanto por Marx parecem indicar. O trabalho do historiador me parece ter mais analogias com o trabalho artesanal do que com o trabalho na grande indústria.²⁵

Para Durval Muniz de Albuquerque Junior, independente do momento, do método e perspectiva em que foi escrita, a narrativa historiográfica não perdeu seu caráter artesanal, com sua dimensão artística e poética, por mais que diversas escolas tentassem ou quisessem negá-los e/ou apagá-los. E seria esse justamente um dos pontos positivos para o historiador, pois é o que diferencia seu trabalho de outras áreas das ciências humanas, assim como o caráter auto-reflexivo do conhecimento. Tal dimensão se reafirma com o exame crítico da historiografia, no esforço em perceber que modelos, regras e relações de poder presidem a operação historiográfica. Daí ser exigência aos do ofício e colocada ao próprio campo da história, de se proceder à análise crítica da historiografia.

Analisar o que foi produzido e como foi produzido, ou seja, em que lugar social e temporal encontra-se inserida qualquer obra cria a exigência de instrumentalização teórica apropriada para a crítica historiográfica, bem como para a própria atividade de escrever história e de produzir conhecimento histórico. Analisar de que forma e em que mirante temporal o historiador se apropria de elementos,

²⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades*. In **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, Rio de Janeiro, ano 04, n. 19, 2009. P. 02-03.

perspectivas, fontes e métodos para proceder a uma leitura das versões que nos chegam do e sobre o passado é exigência incontornável a todo o historiador.

Refletir sobre as relações entre história e historiografia demanda-nos repensar as concepções da história, da disciplina história na contemporaneidade. Assim, por exemplo, para Keith Jenkins²⁶ a história não é sinônimo de passado, é uma categoria distinta dele, é um discurso sobre o passado. Tal distinção se evidencia quando se atenta para o fato de que o passado já aconteceu e não pode mais ser “ressuscitado”, “resgatado”, nem sequer recuperado tal como aconteceu, como pretendeu o projeto positivista. Recupera-se não o passado, mas visões dele e sobre ele, sendo que tais visões dependem do lugar social, do tempo histórico e da lente que o historiador usou. Recupera-se a dimensão que o historiador, de seu mirante temporal e de seu lugar social e institucional, prioriza sua leitura do social – política, econômica, social ou cultural –, bem como a significação por ele conferida à experiência passada, embora todas elas sejam constitutivas das leituras produzidas sobre o passado e no passado e não o passado mesmo.

Trata-se de forma de conceber a história, de escrever a história, semelhante à que concebe Paul Veyne, segundo a qual “*a história é o que é, não por causa de algum jeito de ser especial ao homem, mas porque é um certo modo de conhecimento*”.²⁷ Para o historiador, toda escrita da história é subjetiva, pois

a escolha de um assunto de história é livre, e todos os assuntos ao iguais em direito; não existe História e nem ‘sentido da história’, o curso dos acontecimentos (...) não caminha nua rota traçada. O historiador escolhe, livremente, o itinerário para descrever o campo factual, e todos os escolhidos são válidos (mesmo que não sejam interessantes).²⁸

Nessa mesma direção reflete Chartier, ao defender que a história, por estar inscrita no gênero narrativo, “*não tem sentido estável, universal, congelado*”, como foi considerado por muito tempo e como ainda é pensada por alguns. Ao contrário, ela está investida “*de significações plurais e móveis, construídas na negociação*

²⁶ JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁷ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: EdUnB, 2008.

²⁸ Idem. **Ibidem**. P. 44-45.

*entre uma proposição e uma recepção, no encontro entre as formas e motivos que lhes dão estrutura e as competências ou expectativas dos públicos que delas se apoderam*²⁹; ou seja, a história é negociação resultante de uma proposição construída pelo autor, a partir dos suportes próprios da disciplina, das técnicas e regras arbitradas pelos pares, e da recepção dos leitores, que farão uma leitura e darão sentido e significado a obra conforme seu repertório cultural.

Tal como reflete Michel de Certeau que, ao pensar sobre a escrita da história define-a como uma operação. Para esse autor,

o gesto que liga as “idéias” aos *lugares* é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência. (...) Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. (...) A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.³⁰

Compartilhando desse modo de conceber a história, consideramos a produção do PPGHIS como um conjunto de narrativas, de relatos sobre o passado, produzidos pelos mestrandos e doutorandos do Programa, no período de 1976 a 2006. Nesse sentido, a preocupação não foi a de estabelecer qual narrativa histórica qualificou-se como mais importante no sentido de mais verdadeira, mais próxima do que ocorreu no passado, mas de percebê-la em sua historicidade, em suas

²⁹ CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios e propostas*. In **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. P. 108.

³⁰ CERTEAU, Michel. **Op. Cit.** P. 66.

condições de produção. Considerando a produção, portanto, como trabalhos resultantes de práticas de pesquisa e de escrita de história realizadas em um programa de mestrado e doutorado, com tempo de duração previsto, abrigados em áreas de estudos e arbitrados segundo os critérios institucionais e regras da comunidade de historiadores. Um produto resultante de uma prática de pesquisa e de escrita de história em um espaço institucional, vincado pelo tempo e lugar social de sua produção, sujeito a regras e constrangimentos e também aberto a possibilidades. Cada obra, cada interpretação, é uma leitura dentre as várias possíveis, uma trama na intrincada teia das várias possibilidades existentes, uma manifestação da escolha e das perspectivas do historiador como narrador. Como assinala Jenkins:

o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a 'realidade' (...) Sociólogos e historiadores diferentes interpretam de maneira distinta o mesmo fenômeno, por meio de outros discursos que estão sempre mudando, sempre sendo decompostos e recompostos, sempre posicionados e sempre posicionando-se, e que por isso precisam que aqueles que os usam façam uma autocrítica constante (...) não importando o quanto a história seja autenticada, amplamente aceita ou verificável, ela está fadada a ser um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como 'narrador'.³¹

Escrever sobre a história do campo de sua produção, fazer o exame crítico da produção historiográfica de um programa institucional de modo a conhecer a história de sua história, é exigência do campo disciplinar que tem adquirido visibilidade na historiografia brasileira e contemporânea e compreende uma área de estudos em configuração. Segundo Carlos Fico³², esse movimento expande-se por volta da década de 1990 com a quebra dos modelos macroestruturais de explicação, como o marxismo. Para esse historiador, diferentemente do que ocorreu na década de 1980,

³¹ JENKINS, Keith. **Op. Cit.** P. 28-32.

³² FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre a historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90*. In GUAZELLI, C. A. B. et al (orgs). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

quando um forte antiteoricismo prevalecia nos trabalhos desenvolvidos, observa-se a partir daquele período, na produção histórica brasileira, “*a relativamente grande produção de trabalhos de reflexão teórico-conceitual, metodológica e historiográfica*”.³³ Como ressalta Fico, ao focar tais dimensões, ao produzir uma reflexão crítica e teórica sobre o campo disciplinar, o silêncio historiográfico que “*durante muitos anos, foi apontado por diversos analistas como característica da História brasileira – a ausência de reflexão sobre a disciplina – deixa aos poucos de existir*”.³⁴

Durval Muniz de Albuquerque igualmente ressalta a ausência dessa reflexão e seu aparecimento no final dos anos 80, em movimento de constituição do campo da crítica historiográfica. Para esse historiador,

a maneira como os profissionais do campo historiográfico se debruçam sobre o saber já produzido na área e como submete a uma avaliação crítica, penso que diz muito dos códigos que delimitam a prática historiadora ou mesmo as práticas acadêmicas e científicas, neste campo, num dado contexto histórico e social.³⁵

Aquele historiador ressalta que uma das características marcantes das análises sobre as obras historiográficas é a “*abusiva adjetivação*”. Segundo ele,

Um dos traços marcantes, em boa parte dos textos que se propõem a avaliar o estado da arte no campo historiográfico, em nosso país, é a abusiva adjetivação. Em grande medida, as análises que se fazem das obras ou de dadas correntes historiográficas não são feitas em termos substantivos, isso é, não estabelecem um diálogo com os conceitos, com os pressupostos, com a metodologia que estruturam as obras analisadas, não dialogam com o pensamento do autor ou com as conclusões a que chegou em sua pesquisa, mas procuram desqualificar a obra ou o autor brandindo contra ele meia dúzia de adjetivos, que pretensamente o localizam no debate historiográfico e

³³ Idem. **Ibidem**. P. 36.

³⁴ Idem. **Ibidem**. P. 38.

³⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O historiador naïf ou a análise historiográfica como prática de excumunhão*. In GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Letras, 2006. P. 01.

avaliam o valor de sua contribuição. Termos como pós-modernos, conservadores, neoconservadores, idealistas, populistas, ideológicos, irracionistas, narrativistas, reacionários, de direita, perspectivistas, ultrapassados, marxistas, realistas, racionalistas, são brandidos sem que nunca sequer se discuta o que significam, como se fossem auto-evidentes ou se houvesse consenso sobre seus significados, sendo usados, portanto, como meras pechas desqualificadoras que, ao invés de instaurarem o debate, o desestimulam de saída.³⁶

A tradição adjetiva, aos poucos, vai sendo substituída por outra, a que se preocupa em substantivar, isto é, em significar a obra a partir do diálogo estabelecido com os conceitos, pressupostos, abordagens e perspectivas teóricas disponíveis no campo historiográfico. Nesse sentido, não podemos deixar de estabelecer uma analogia entre a produção histórica no Brasil e a de um edifício em constante construção, em que as gerações atuais e as futuras, ao procederem a uma reflexão sobre o conhecimento produzido, estão também fazendo uma reflexão sobre a história da história, sobre o ofício e sobre a disciplina, buscando o refinamento de teorias métodos e técnicas, construindo, enfim, uma epistemologia.

Analisar o que foi escrito e produzido por seus predecessores, identificar a localização das obras nas diversas tradições e/ou vertentes historiográficas, historicizar suas condições, são desafios que exigem dos historiadores uma instrumentalização teórico-metodológica e também historiográfica, daí o necessário diálogo entre história e historiografia. A escrita da história – desde a escolha do tema, seleção de fontes, de definição do quadro teórico-metodológico, uso de conceitos, interpretação e conclusão, encontra-se localizada em uma topografia de interesses, inscreve-se nas condições de produção do autor, de seu tempo e lugar social e institucional. Como adverte Lucien Febvre:

Toda história é escolha. É porque existiu o azar que aqui destruiu e lá preservou os vestígios do passado. É porque existe o homem: quando os documentos abundam, ele abrevia, simplifica, realça isso, releva aquilo a segundo plano. E é, principalmente, pelo fato de que

³⁶ Idem. **Ibidem**. P. 01-02.

o historiador cria seus materiais ou recria-os, se quiser: o historiador não vai rondando ao azar através do passado, como um maltrapilho em busca de despojos, mas parte com um projeto preciso em mente, um problema para resolver, uma hipótese de trabalho para verificar. (...) O essencial de seu trabalho consiste em criar, por assim dizer, os objetos de sua observação, com ajuda de técnicas freqüentemente muito complicadas. E depois, uma vez adquiridos esses objetos, em 'ler' suas provetas e seus preparados. Tarefa singularmente árdua; porque descrever o que se vê, é mais fácil, mas ver o que se deve descrever, isso sim é difícil.³⁷

A proposta de se fazer o exame crítico da produção historiográfica do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, é uma escolha dentre as várias possíveis. Ela tem sua pertinência e relevância históricas, pois é, afinal, o esforço em conhecer a história da história produzida por diferentes gerações e em diferentes contextos e a partir de um tempo e de um lugar social e institucional. Trata-se de escolha que nos permitiu conhecer a história do próprio programa, as práticas de integrantes, suas regras, procedimentos e políticas. São, ambas, exigências colocadas à história e aos historiadores. Assim, nosso estudo inscreve-se no movimento recente de constituição do campo da crítica historiográfica, cujo percurso é bem recente. Conforme assinala Malerba, *“ao se pensar o volume de material produzido e a qualidade da historiografia brasileira, a história desta historiografia reponta como um campo praticamente virgem no Brasil”*³⁸.

Pesquisar e analisar a produção historiográfica do Programa de Pós-Graduação em História da UnB (PPGHIS/UnB) foi desafio a que não recusamos ante o interesse despertado na graduação quando cursamos a disciplina Historiografia do Brasil, ministrada pela professora Diva do Couto Gontijo Muniz. Nesse curso, foram discutidas as relações entre história, historiografia, e poder, bem como as exigências interpostas aos do ofício, como a de se proceder ao exame historiográfico. Tal exigência inscreve-se em um debate maior, da necessidade da crítica historiográfica colocada por esse campo de estudos, já que nos permite

³⁷ FEBVRE, Lucien apud CAINELLI, M. e SCHMIDT, M. A. **Ensinar história**. São Paulo: Spicione, 2004. P. 93-94.

³⁸ MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (orgs). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru/SP: EdUSC, 2007. P. 11.

conhecer as condições de produção que presidem a escrita da história, em um dado momento e em dada sociedade. Trata-se de análise que nos possibilitará conhecer, portanto, os padrões temáticos e discursivos da cultura historiográfica engendrada, ou seja, *“as dimensões constitutivas dos seus próprios parâmetros a partir de problemáticas do tempo presente”*³⁹.

Realizar o exame crítico da produção de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação de História (PPGHIS) da Universidade de Brasília demandou, assim, o levantamento quantitativo dessa produção e, também, sua análise qualitativa, considerando suas Áreas de Concentração / Linhas de Pesquisa e as duas reestruturações do programa, realizadas em 1993/93 e 2003/04, em seus trinta anos de funcionamento (1976-2006). Nesse período foram produzidas 256 dissertações e 73 teses, abrigadas em 06 (seis) diferentes Áreas de Concentração e 10 (dez) Linhas de Pesquisa, perfazendo um total de 329 trabalhos. Essa produção se dá em três momentos do Programa: o de sua criação (1973-1993), da primeira reestruturação e criação do doutorado (1994-2003) e o da segunda reestruturação (2004-2006). Entendemos que tal quantitativo exige e justifica a pesquisa e exame crítico dessa produção.

As historiadoras Maria de Lourdes Mônico Janotti e Márcia Mansur D'Alessio, ao realizarem o exame crítico da produção historiográfica do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP, ressaltam que *“a produção acadêmica se constitui em um campo particular da historiografia à medida que cria próprios padrões temáticos, discursivos, teóricos, metodológicos e críticos”*⁴⁰. Compartilhando dessa idéia, entendemos que o exame da produção acadêmica do PPGHIS possibilita o conhecimento de seus padrões temáticos e discursivos, orientações teóricas, abordagens metodológicas, áreas e domínios e relações de poder que presidem a escrita da história naquele espaço institucional. Nesse sentido, é exigência colocada ao campo da história e aos do ofício, uma possibilidade de se conhecer a história da escrita da história do PPGHIS/UnB.

³⁹ DIEHL, Astor Antônio. *Teoria historiográfica: diálogo entre tradição e inovação*. In **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, n.36, jul/dez 2006. P. 369.

⁴⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico e D'ALESSIO, Márcia Mansur. *Produção acadêmica da Pós-Graduação em História da PUC-SP*. In **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993. P. 59-60.

Jurandir Malerba⁴¹ defende que a historiografia comporta a operação de “*retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração*”, ou seja, a busca que cada geração de historiadores empreende no entendimento de como foi interpretado o passado e quais as regras, técnicas, modelos de análise dominantes em cada geração, quais os padrões temáticos e discursivos que estabeleceram como predominantes, que ocuparam posição de centralidade em cada um dos movimentos da historiografia brasileira. Trata-se de reflexão que compartilhamos na realização do presente estudo. Nosso propósito de conhecer o percurso da historiografia específica do PPGHIS/UnB inclui o entendimento de que este não se encontra desatrelado do percurso da historiografia brasileira.

No trabalho proposto, a historiografia passa a ser, desse modo, “*parte integrante da pesquisa histórica, cujos resultados se enunciam, pois, na forma de um saber redigido*”⁴². A produção historiográfica é, assim, e ao mesmo tempo, “*objeto e fonte histórica*”, e desse modo, nos remete às práticas historiográficas do período e espaço institucional em que se inscreve.⁴³ Um produto que nos fala do lugar social e do tempo histórico, da geração de autores, bem cômodos procedimentos e regras, próprios do campo, das práticas historiográficas.

Desta forma, o presente trabalho tem como foco a pesquisa das teses e dissertações do PPGHIS, no período de 1976 a 2006, investigadas a partir de alguns questionamentos iniciais. Dentre eles os seguintes: Qual o quantitativo dessa produção, por área de concentração e por linha de pesquisa? Quantitativamente, quais áreas e linhas de pesquisa se destacaram no conjunto? Que demandas, interesses e relações de poder presidiram as duas reestruturações feitas? Há sintonia entre os movimentos observados na historiografia do Programa e os da historiografia brasileira? Quais as temáticas predominantes em cada um dos três momentos dessa produção? Quais as abordagens priorizadas nas leituras da experiência passada naquele espaço? Quais os principais padrões temáticos e discursivos? Como se deu o percurso historiográfico do programa?

Alguns dados sobre as teses e dissertações produzidas no referido período foram coletados e sistematizados a partir de uma ficha/roteiro elaborada e preenchida pelos alunos da graduação em trabalho de pesquisa realizado no curso

⁴¹ MALERBA, Jurandir. **Op. Cit.** 2006. P. 17.

⁴² RÜSEN, Jörn. **Op. Cit.** 2001. P. 46.

⁴³ MALERBA, Jurandir. **Op. Cit.** 2006. P. 18.

de Historiografia do Brasil, ministrado pela professora Diva do Couto Gontijo Muniz, no 1º semestre de 2006. Deles fizemos uso para o presente estudo, aprofundando, porém, a pesquisa, com a leitura de um conjunto de teses e dissertações.

Na monografia que elaboramos como trabalho final de curso, realizamos uma primeira análise quantitativa dos dados, o que nos possibilitou construir o mapeamento preliminar da produção do Programa. Nesta, foram identificados o quantitativo da produção, as Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa, o número de mestres e doutores capacitados, os temas priorizados e os autores mais citados. No mestrado, demos continuidade ao estudo, buscando aprofundá-lo com uma análise mais detalhada dessa produção. Escolhemos, aleatoriamente, 08 (oito) trabalhos de cada Área de Concentração / Linhas de Pesquisa, em três momentos do programa: o de sua criação (1976-1993), o de sua primeira reestruturação (1993-2003) e o de sua última reestruturação (2003-2006). O conjunto selecionado totaliza 24 trabalhos no conjunto das dissertações e teses do Programa. Trata-se de amostra que consideramos possível, já que se mostrou inviável a avaliação de toda a produção no curto espaço de tempo de um mestrado, cuja metade do tempo encontra-se praticamente comprometido com o cumprimento dos créditos exigidos como disciplinas/seminários.

Entendemos que tal amostragem possibilitou-nos acessar as práticas de pesquisa e escrita da história naquele espaço, pois em cada uma das reestruturações do PPGHIS apreendemos a emergência do novo, ou coexistindo com o antigo, ou rompendo com orientações historiográficas existentes e iniciando outras. São mudanças que justificam inclusive a reorganização do programa, nos referidos momentos, uma em 1993/94 e outra em 2003/04. Dessa forma, consideramos esses três momentos/fases específicos para a seleção das teses e dissertações consideradas na pesquisa: a) 1976-1993, que vai da abertura do PPGHIS até sua primeira re-estruturação, período em que há somente o curso de mestrado; b) 1994-2003, que vai da primeira até a segunda re-estruturação, com a criação do doutorado; c) 2004-2006, que é o período de sua segunda re-estruturação, até o marco final da pesquisa realizada, quando o programa completou trinta anos.

Buscamos historicizar tal produção, atentando para as linhas de força, para suas características marcantes, suas “marcas”, sua especificidade no conjunto da historiografia brasileira, de modo a conhecer a história da história do programa. Foi

esse o objetivo a que procuramos atender com o presente estudo. Dessa forma, o propósito de conhecer a história da história do PPGHIS demandou realizar não apenas o levantamento quantitativo, mas também a análise de sua produção, atentando para as orientações teóricas, para os temas, enfoques e recortes priorizados pelos autores das dissertações e teses naqueles três diferentes momentos do programa.

Para se proceder ao exame crítico da historiografia, o diálogo entre história e historiografia se revelou necessário, pois os conceitos de história/historiografia são importantes à análise pretendida. Segundo Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, historiografia seria “o exame dos discursos de diferentes historiadores, também de como estes pensam o método histórico”.⁴⁴ Entendendo a história como um discurso construído a partir de uma operação que envolve um lugar e um tempo social, uma prática disciplinar e um produto/uma escrita, como nos ensina Michel de Certeau, pensamos cada dissertação/tese como uma narrativa sobre o passado, sobre a experiência temporal, inscrita na história e não fora dela. Assim, cada uma dessas obras, dessas narrativas sobre determinada experiência do passado, é arbitrada pelos pares, consoante às regras da comunidade e da instituição. O conhecimento produzido é um produto que poderá ser, também, fonte para estudos posteriores ao período em que os autores escreveram e viveram.

Conhecer a história da história do PPGHIS/UnB exigiu-nos historicizar sua produção para “compreender a paisagem historiográfica”⁴⁵ ali configurada, ou seja, demandou-nos buscar identificar as principais vertentes historiográficas, padrões temáticos e discursivos, dentre esses, algumas regras e concepções de história que nortearam a produção de dissertações e teses durante seus trinta anos de funcionamento. Esse conhecer envolveria, segundo Malerba, “o estudo compreensivo – e comparativo – das transformações que experimentam conceitos, teorias, métodos, perspectivas e os produtos resultantes do ofício dos historiadores.”⁴⁶ Segundo este autor, o esforço em realizar o exame crítico da historiografia incluiria, ainda, “as filiações intelectuais dos diversos autores dentro de

⁴⁴ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. P. 189.

⁴⁵ MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (orgs). **Op. Cit.** P. 08

⁴⁶ Idem. **Ibidem**. P. 09.

*uma determinada tendência ou corrente, as matrizes intelectuais (...) que impactam nas diversas práticas historiográficas ao longo do tempo.*⁴⁷

A compreensão da paisagem historiográfica exigiu-nos identificar o “*lugar social de fala*”, ou seja, o local de fala dos autores, que não se restringe ao lugar de produção sócio-econômico e político. Ele inclui as áreas de concentração, as linhas de pesquisa, objetos de estudos, regras do programa e da comunidade. O conceito de “*lugar social de fala*”, tal como pensado por Michel de Certeau, requer pensar a dimensão relacional de toda construção discursiva. Segundo o autor:

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. (...) Ela está, pois submetida a imposições, privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que melhores serão propostas, se organizam.⁴⁸

No diálogo com Certeau sobre o “*lugar social de fala*”, sobre as imposições, privilégios, interesses, métodos que submetem e organizam a pesquisa e a escrita da história, não há como não deixar de associar as reflexões desse autor com as de Foucault sobre a ordem do discurso, sobre a relação entre saber e poder. Segundo esse filósofo,

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.⁴⁹

Tais perspectivas mostram-se valiosas para o trabalho que realizamos de exame da produção do PPGHIS, uma vez que entendemos que não se pode desconhecer o lugar de fala dos autores e também do PPGHIS/UnB na ordem do

⁴⁷ Idem. **Ibidem**. P. 09.

⁴⁸ CERTEAU, Michel. **Op. Cit.** P. 67.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. P. 08-09.

discurso historiográfico brasileiro; ou seja, não há como ignorar, na produção acadêmica pesquisada, suas articulações com o campo historiográfico brasileiro, suas imposições e privilégios, suas aproximações e distanciamentos, suas inclusões e exclusões. Nessa articulação, a identificação da posição de fala da historiografia produzida no PPGHIS, hierarquizada em relação ao centro, à posição de fala do sujeito do discurso historiográfico, posição de referência como lugar de produção de conhecimento histórico, localizado no eixo Rio/São Paulo. Essa posição de localização fora do centro da produção do PPGHIS/UnB na ordem do discurso nos aponta para a topografia de interesses, para as disputas em torno do controle do campo do significado social que envolve a produção de qualquer conhecimento, não sendo o histórico exceção. Assim, na leitura compreensiva e interpretativa da produção do PPGHIS, buscamos identificar sua localização historiográfica e também refletir sobre a cultura historiográfica engendrada em tal espaço institucional. Afinal, o exercício de identificação e de reflexão “*é condição de possibilidade de acesso a sua historicidade, subsumida nos modelos, regras, técnicas e relações de poder que informam as práticas de pesquisa e de escrita da história naqueles espaço e temporalidade*”.⁵⁰

A pesquisa feita acerca da produção acadêmica do PPGHIS/UnB permitiu-nos percebê-la na ordem do discurso historiográfico como uma cultura historiográfica específica, com seus padrões temáticos e discursivos próprios, cujo traço marcante é o da heterogeneidade. Embora compreenda uma cultura historiográfica com a marca de sua especificidade, característica que a diferencia das demais, não deixa, porém, de ter aquelas que a identificam, que a integram ao campo historiográfico brasileiro. No caso, os direcionamentos imprimidos durante seu percurso: da história política para a história social e desta para a história cultural, tal como ocorrido na historiografia brasileira, no período considerado na presente pesquisa.

⁵⁰ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SALES, Eric. *Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006)*. In **Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB: Dossiê: A Escrita da História: os desafios da multidisciplinaridade**. Brasília, UnB, vol. 15, n. 1/2, 2007 (2008). P. 11.

Capítulo 02

O Programa e sua produção: uma topografia de interesses

Como assinalado, o exame crítico da historiografia é exigência colocada, contemporaneamente, ao campo disciplinar da história e aos do ofício pois, por meio dele, acessa-se a historicidade da história, refinam-se os métodos e procedimentos, constrói-se uma epistemologia própria. Fernanda Mendes Queiroz e Daisy Pires Noronha, ao realizar o levantamento da produção de dissertações e teses em ciência da informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da USP, referem-se a esta prática de análise crítica do campo como sendo “referencial sobre o que vem sendo efetivado em termos de produção científica em uma determinada área do conhecimento”.⁵¹ Por meio da crítica é possível explicitar muito do “não dito” no discurso histórico, ou seja, a teoria que informa e as regras e técnicas que o conformam. Como ressalta Malerba, o exame crítico da historiografia responde ao desafio e a exigência de se

pensar o estatuto do texto histórico, produto da arte ou da ciência dos historiadores, de qualquer modo resultado do seu *trabalho*, do seu ofício, fez-se mister no cotidiano dos profissionais da história, particularmente vinculados a instituições acadêmicas.⁵²

Além disso, continuando com o autor, a crítica historiográfica permite-nos identificar o percurso da historiografia, com suas tendências, orientações e tradições, com o repertório conceitual das diferentes gerações em diferentes momentos e movimentos. Para Malerba

desde há muito, alguns deles já haviam percebido a riqueza potencial insondável acumulada na obra de inúmeras gerações de historiadores que construíram, cada qual sob as luzes de seu tempo e de acordo com a maquinaria conceitual disponível, um patrimônio

⁵¹ QUEIROZ, Fernanda Mendes; NORONHA, Daisy Pires. *Temáticas das dissertações e teses em ciência da informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da USP*. In **Ciência da Informação**, Brasília, vol. 33, n. 2, maio/ago., 2004. P. 133.

⁵² MALERBA, Jurandir. **Op. Cit.** 2006. P. 11.

próprio da memória das sociedades, constituído por sua historiografia.⁵³

Assim, a proposta de exame crítico da produção historiográfica do PPGHIS/UnB, de reflexão sobre ela, além de pertinente, apresenta-se como condição que abre “*possibilidade de acesso a sua historicidade, subsumida nos modelos, regras, técnicas e relações de poder que informam as práticas de pesquisa e de escrita da história*”⁵⁴ naquele espaço acadêmico. Afinal, como assinala Carlos Fico, “*é nos cursos de pós-graduação que se verificam maior constância de produção e significativa diversidade que possibilitam a visualização de tendências, permanências e rupturas*”.⁵⁵

Desde os anos 1980, vêm sendo realizados estudos sobre a produção dos programas de pós-graduação no país. Inicialmente, com preocupação em elaborar um balanço geral de sua produção e, mais tarde, em fazer a crítica historiográfica. No primeiro caso, destacam-se estudos como os de Déa Ribeiro Fenelon (1983) sobre o Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp; de José Flávio de Oliveira (1983), sobre a Pós-Graduação da Unimep; de Altiva Pilatti Balhana (1983), sobre o programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. Estes inventários foram objeto de publicação, em março de 1983 na Revista Brasileira de História, que reuniu quinze artigos sobre alguns programas de pós-graduação no país e também reflexões sobre os caminhos da historiografia brasileira nos anos 1980.

Nos anos 1990, com o redirecionamento para o cultural observado no campo, a prática do exame crítico da historiografia avança, com a inclusão de análises qualitativas da produção dos programas de pós-graduação. Nesses estudos, teses e dissertações vão receber dos historiadores uma reflexão mais atenta no sentido de ultrapassar o enfoque meramente descritivo ou quantitativo. Estão centrados em identificar e analisar os caminhos teórico-metodológicos que os autores seguiram, quais as tradições, vertentes, repertório conceitual, padrões temáticos e discursivos predominantes em cada conjunto analisado.

⁵³ Idem. **Ibidem**. P. 11.

⁵⁴ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SALES, Eric. **Op. Cit.** P. 11.

⁵⁵ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *Teses e dissertações de história defendidas em 1995*. In **Estudos Históricos**, vol. 09, n. 17, 1996. P. 190.

Nesta perspectiva, inscreve-se o estudo de Maria de Lourdes Mônico Janotti e Márcia Mansur (1993) sobre a produção acadêmica da Pós-Graduação em História da PUC-SP. A pesquisa feita pelas autoras mostra os percursos da historiografia brasileira, expressos nos textos das dissertações que integram aquela produção, no período de 1945 a 1990. Os trabalhos foram classificados segundo temas e objetos, agrupados em 17 títulos. Outro aspecto da pesquisa foi o da identificação da bibliografia utilizada, de modo a mostrar os diálogos da história com os autores de seu campo e também com outros campos do conhecimento, dentre eles, a Sociologia e a Ciência Política. No estudo feito, as temáticas abordadas apontam para questões e abordagens abrigadas no Programa e também outras fora dele, de suas linhas de pesquisa e áreas de concentração.

Realizando um estudo parecido com o de nossa proposta, há o trabalho de autoria coletiva, produzido por Euclides Marchi, Maria Ignês M. de Boni, Márcia D. Siqueira e Sérgio Nadalin. Nele, os autores fazem um exercício de avaliação de 30 anos de produção historiográfica da Universidade Federal do Paraná. O recorte que utilizam é o de 1959 a 1989. Na palavra dos autores,

Esta periodização leva em conta dois momentos: 1959 representa a afirmação da autonomia do Departamento, substituindo a organização fundamentada em cátedras, congregando nele diversos professores de História que atuavam na Universidade, enquanto 1989 representa o início de um processo acelerado de aposentadorias, fruto da instabilidade gerada por uma política nacional que ameaçava as conquistas sociais dos trabalhadores. A saída de muitos docentes/pesquisadores dos quadros ativos do Departamento e a contratação de novos altera, evidentemente, o perfil da produção.⁵⁶

Tal como o estudo feito sobre a produção da Universidade Federal do Paraná, o que realizamos sobre a produção do PPGHIS/UnB abrange trinta anos de existência, de 1976 a 2006, ou seja, do momento de sua criação até o de sua última reestruturação. Embora esta tenha ocorrido em 2003/04, com o retorno das Áreas

⁵⁶ MARCHI, Euclides et al. *Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação*. In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, set. 92/ago. 93 (1993). P. 133.

de Concentração, extintas em 1994, ainda existiam em 2006 algumas teses e dissertações elaboradas segundo as referências das linhas de pesquisa existentes até aquela data: LP História das Relações Internacionais, LP História Social e das Idéias. LP História: Discurso, Imaginário e Cotidiano. Além disso, em 2006, já existiam as primeiras dissertações abrigadas nas quatro áreas de estudo criadas: AC História Cultural, AC História Social, AC História e Historiografia das Idéias, AC Estudos Feministas e de Gênero.

O esforço de exame crítico das produções acadêmicas dos programas de pós-graduação explicita-se também no artigo de Carlos Fico, de 1993, em que o autor faz uma reflexão sobre a historiografia brasileira nos últimos vinte anos, a partir da análise da produção acadêmica da região sudeste do país. Recusando a abordagem estritamente quantitativa, o autor enfoca o percurso historiográfico dessa produção, buscando identificar as principais correntes/vertentes da historiografia brasileira nos anos 1990. Segundo Fico, um dos traços marcantes dessa produção é o da crescente profissionalização dos historiadores⁵⁷, movimento que se dá com a expansão dos programas de pós-graduação no país, ocorrida a partir dos anos 1980.⁵⁸ Em outro estudo, Carlos Fico, juntamente com Ronald Polito, os dois fazem o balanço da produção de diversos programas, como o da UFRJ, da USP e da UFMG, no período de 1980-1989. Trata-se de avaliação que inclui a descrição quantitativa, apresentando quadros com os dados da produção de cada programa, assim como a análise qualitativa da produção, ressaltando o repertório conceitual e temático, limites e perspectivas da historiografia brasileira.⁵⁹

Há ainda o estudo de Flávio Sombra Saraiva⁶⁰, de 1996, relativo aos 20 anos do PPGHIS/UnB. Nesse, há uma descrição do Programa, identificação de suas linhas de pesquisa e áreas de concentração e das dissertações defendidas até aquele momento. É visível, nesse estudo, o propósito em conferir visibilidade acadêmica ao PPGHIS/UnB, por ocasião da comemoração de seus vinte anos de

⁵⁷ Nas palavras de Fico, “entenda-se aqui por profissionalização crescente a forma moderna através da qual as ciências humanas passam a ser praticadas nos quadros de bens culturais e sistemas de informação complexos”. (1996: 205)

⁵⁸ FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre a historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90*. IN GUAZELLI, C. A. B. et al (orgs). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. P. 27-40.

⁵⁹ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP, 1992.

⁶⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra. **História na UnB: vinte anos d pós-graduação: 1976-1996**. Brasília: Departamento de História.

existência. Diversos dados desse estudo foram por nós utilizados na presente dissertação.

Estes são alguns dos trabalhos que iniciaram a discussão sobre a necessidade de exame crítico da produção acadêmica dos programas de pós-graduação. Todavia, eles não esgotam o assunto, e nem poderiam, pois a história não é matéria estanque, é dinâmica, encontra-se permanentemente em mudança. Se fosse fixa e imutável, a tese de Fukoyama, de que a história encontrou seu fim com a queda do muro de Berlim, seria incontestável.⁶¹ Assim, a produção historiográfica permanece aberta a leituras e re-leituras, pois a cada geração de historiadores novas ferramentas conceituais, novas perspectivas teóricas e metodológicas, novos objetos e problemas estarão disponíveis, interpelando os historiadores e requisitando-os para a tarefa de pensar o passado e de escrever a história e também a história da história.

Buscamos, no presente estudo, identificar a cultura historiográfica do PPGHIS/UnB, ou seja, suas práticas de pesquisa e de escrita da história, atentando para as principais orientações teóricas e alguns padrões temáticos e discursivos presentes nos trabalhos acadêmicos produzidos em cada um dos três momentos do programa que entendemos significativos, haja vista as reestruturações realizadas. A escrita da história é entendida como uma operação científica, tal como postula Certeau:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*.⁶²

⁶¹ O artigo de Francis Fukuyama, com o título "The end of history" apareceu em 1989, na revista norte-americana *The national interest*. Em 1992, Fukuyama lançou o livro *The end of history and the last man*, editado no Brasil com o título: *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

⁶² CERTEAU, Michel. **Op. Cit.** P. 67.

Não resta dúvida de que a produção do PPGHIS/UnB compreende um conjunto discursivo que se encontra localizado a partir da relação estabelecida entre um lugar social, uma prática disciplinar própria da comunidade de historiadores e uma escrita. A escrita da história percebida, portanto, como uma operação científica presidida por um conjunto de regras que permitem controlar operações, isto é, organizar procedimentos destinados à produção de objetos determinados, como defende Certeau. Compartilhando dessa concepção encontra-se Durval Muniz Albuquerque Junior, para quem

O campo historiográfico, como qualquer campo científico, é regido por regras que são definidas pelo conjunto das instituições e dos profissionais da área. Existem leis de grupo, regras definindo o que pode e o que não pode ser aceito como verdade, em cada momento histórico. O saber histórico não é relativista, ele é relativo às suas regras de produção. O saber histórico não é arbitrário, mas arbitrado pelos pares, como diz Michel de Certeau.⁶³

A articulação entre lugar social, prática e escrita responde pelo engendramento de uma cultura historiográfica, que não está fora da cultura histórica. Segundo José Jobson Arruda:

Pensar a cultura histórica é pensar historiograficamente. Pensar a cultura histórica é atravessar os vários momentos de cristalização historiográfica com a instauração de linhas mestras interpretativas hegemônicas e hegemonzantes. É ser capaz de pairar sobre os vários momentos historiográficos sem se identificar com nenhum deles em particular e procurar entender por que aquelas linhagens interpretativas se tornaram dominantes. (...) a cultura histórica não se reduz a um exercício diletante de erudição vazia, puro texto, puro discurso, pura literatura, pois remete ao objeto central da História, que é a produção de conhecimento.⁶⁴

⁶³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excumunhão*. In GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Letras, 2006. P. 204.

⁶⁴ ARRUDA, José Jobson. *Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas*. In **Saeculum: revista de história**, n. 16, João Pessoa, jan/jun 2007. P. 30.

Pensar a cultura historiográfica a partir do locus privilegiado de sua produção, o PPGHIS, é pensá-la inscrita na cultura histórica do país que não se restringe à produção dos programas de pós-graduação, mas não pode desconsiderá-la. Nesse sentido, não há como ignorar a exigência de exame crítico da produção historiográfica brasileira e, nessa, a produção acadêmica dos programas de pós-graduação. Tal exame,

nos permite ampliar o conhecimento acerca do que produzimos e do nosso próprio espaço de atuação. Trata-se de ampliação que se inscreve em outra, a do conhecimento da historiografia brasileira, considerando-se que há nessa, em seu interior, uma cultura acadêmica, intrinsecamente solidária às suas regras e modelos. Estes são interpelados no diálogo que se estabelece com os conceitos, pressupostos e metodologias compartilhados pela comunidade de historiadores, nacionais e internacionais. Como qualquer produção discursiva, tal cultura é constituída à luz das regras e constrangimentos, das relações de poder, das disputas políticas e ideológicas, dentro e fora da academia, que são as condições históricas que possibilitam a ela tornar-se visível e dizível, isto é, inteligível.⁶⁵

A pesquisa em torno das teses e dissertações do PPGHIS/UnB permitiu-nos identificar desde aspectos pontuais, específicos do programa, como a criação do doutorado, em 1993/94, as duas reformulações ocorridas em seus 30 anos de funcionamento, em 1993/1994 e 2003/04, até aqueles mais difusos, como os redirecionamentos teóricos e metodológicos que marcam a historiografia brasileira em seus diversos momentos que também aparecem na produção do programa. Tal como aquela, o percurso historiográfico da produção do programa, em seu desenho, mostra-nos alinhamentos com tradições e tendências que se tornaram predominantes em cada um dos momentos e movimentos do campo historiográfico brasileiro: anos 50/60, história política; anos 60/70, história econômica e social; anos 80/90, história social e cultural; depois dos anos 90, história cultural. Sob

⁶⁵ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SALES, Eric. **Op. Cit.** p. 12

perspectivas diversas, história global ou trabalhos monográficos, não se pode ignorar que por mais específico, por mais delimitado que seja o objeto estudado, uma análise crítica sobre ele envolve conhecer desde as condições materiais de sua produção até as construções e tradições historiográficas sobre as quais se fundamenta.⁶⁶

Segundo Janotti e D'Alessio, a produção acadêmica se constitui em campo particular da historiografia à medida em que cria uma tradição, com um perfil identificável quanto a padrões temáticos, teóricos e metodológicos do campo historiográfico em geral. Como se trata de produto engendrado no espaço da universidade, encontra-se respaldado em instituições reconhecidas pela sociedade e pelo Estado como detentoras do saber, dentre aquelas, o universitário. Não há dúvida de que as universidades conquistaram uma posição hegemônica, embora não exclusiva, como lugar de produção do conhecimento, incluindo-se o histórico.⁶⁷

Segundo Malerba, a disciplina história distingue-se, de outras áreas do campo das humanidades por possuir método próprio para a formulação e apresentação dos resultados de sua pesquisa.⁶⁸ Já, segundo Ângela Castro Gomes, a história não se distingue de outras áreas das Ciências Humanas, nem pelo método, pois esta ela toma por empréstimo de outras disciplinas, nem pelo objeto, que são as ações humanas, igualmente tratadas pelas Ciências Humanas e Sociais. A história, segundo a autora, se distingue por promover “encontros” singulares com outras disciplinas, na abordagem feita aos objetos comuns às ciências humanas e sociais, sob o signo da temporalidade.⁶⁹

Se não há um consenso quanto à especificidade dos objetos e métodos históricos não há como não reconhecer que a temporalidade, o tempo histórico, é dimensão e domínio específicos da história. Sua escrita traz a marca dessa relação constante e instável que o historiador estabelece com o passado, a partir do presente, seu mirante temporal. Tempo histórico pensado, portanto, a partir da

⁶⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico e D'ALESSIO, Márcia Mansur. **Op. Cit.** P. 59.

⁶⁷ Idem. **Ibidem.** P. 59.

⁶⁸ MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006. P. 17.

⁶⁹ GOMES, Ângela Castro. *A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuição para pensar a nossa história.* IN GUAZELLI, C. A. B. et al (orgs). **Questões de teoria e metodologia da história.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. P. 20.

relação assimétrica entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, como postula Koselleck.⁷⁰

Se entendemos que há uma cultura historiográfica acadêmica e que esta, não obstante sua especificidade, apresenta traços comuns ao campo historiográfico brasileiro, já que submetida aos modelos e regras da comunidade de historiadores em suas práticas de pesquisa e de escrita da história, não desconsideramos essa relação no exame crítico realizado. Com efeito, aquela cultura, explicitada ou sinalizada nos objetos, temas, metodologias, autores e problematizações considerada em algumas das teses e dissertações do PPGHIS/UnB não se encontra desatrelada do campo historiográfico, encontra-se igualmente arbitrada pelas suas regras e submetida aos seus procedimentos. Afinal, toda escrita de história ocorre atravessada por relações de poder, por disputas em torno do estabelecimento de regimes de verdade acerca do relato da experiência do passado e da relação que o historiador estabelece com o passado, com ênfase na mudança ou na permanência.⁷¹

O Programa de Pós-Graduação em História da UnB foi criado em 1976 e em seus trinta anos de funcionamento foi objeto de duas reestruturações: uma, em 1993/94 e outra, em 2003/04. Sua criação e suas duas reestruturações marcam 03 (três) momentos distintos do percurso do programa, relativamente sintonizados com os da historiografia brasileira. Assim, ao ser criado, em 1976, ele foi organizado com duas áreas de concentração – História Política do Brasil e História das Relações Exteriores do Brasil. Tal definição explícita a prioridade dada à história política na orientação dos estudos e pesquisas desenvolvidos naquele espaço institucional e momento.

De 1976 a 2006, é visível o crescimento do programa, que capacitou 329 profissionais de história, níveis mestrado (256) e doutorado (73), com o correspondente quantitativo de dissertações e teses, como demonstrado no Quadro 01, a seguir. O crescente interesse pela capacitação para atuar em pesquisa e ensino superior é movimento que acompanha o dos programas de pós-graduação

⁷⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futura passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. P. 31.

⁷¹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 11.

do país, a partir dos anos 1980 e que se traduz na ampliação de quadros docentes e de discentes, bem como de teses e dissertações produzidas.

Quadro 1

Programa de Pós-Graduação em História/UnB Quantitativo de Dissertações e Teses 1976 – 2006		
Ano/período	Dissertações	Teses
1976-77	00	00
1978	02	00
1979	06	00
1980	03	00
1981	01	00
1982	03	00
1983	07	00
1984	02	00
1985	03	00
1986	06	00
1987	05	00
1988	08	00
1989	04	00
1990	07	00
1991	03	00
1992	09	00
1993*	09	00
1994	09	00
1995	10	00
1996	11	00
1997	04	02
1998	11	03
1999	11	01
2000	13	13
2001	11	09
2002**	27	09
2003***	13	05
2004	08	10
2005	20	08
2006	30	13
Total	256	73
Total Geral	329	

Fonte: Autor

* Ano em que foram adotadas as Linhas de Pesquisa (LP) no lugar das Áreas de Concentração (AC) e criado o doutorado.

** No ano de 2002 foram realizadas 14 dissertações de mestrado institucional em convênio com a universidade do Estado de Goiás (UEG). Modalidade que deixou de existir a partir do ano seguinte.

*** Ano que foram novamente adotadas as Áreas de Concentração

Como os dados do Quadro 1 demonstram, há uma visível desproporção entre o quantitativo de teses (73) e dissertações (256). Duas razões devem ser levadas em consideração para tal assimetria: 1) o cronograma para a criação e implementação do mestrado e do doutorado é diferenciado, sendo que o primeiro corresponde ao período de 1975/76 e o segundo a 1993/94; 2) prazos diferenciados para cumprimento do programa de doutorado (máximo de 10 semestres) e o de mestrado (máximo de 5 semestre). Como assinalam Muniz e Sales:

Percebe-se, ainda, a ocorrência de períodos com maior número de produção de teses e dissertações – 1997 a 2001 e 2005/06, excetuando-se 2002, ano em que foram incluídas 14 (quatorze) dissertações concernentes ao mestrado institucional, desenvolvido em parceria com a Universidade do Estado de Goiás/UEG. São expressões numéricas carregadas de historicidade, por tanto localizadas no contexto das profundas mudanças operadas no campo disciplinar e de duas reestruturações realizadas no programa. Traduzem, assim, os redirecionamentos teórico-metodológicos, epistemológicos, institucionais e políticos imprimidos ao PPGHIS a partir de 1993 e de 2003.⁷²

A ênfase no político, marca da vocação primeira, evidencia-se em um número significativo de trabalhos, seja como objeto de estudo, seja como perspectiva, seja como método de abordagem. Como ressalta Flávio Sombra Saraiva, tal definição se estabelecia a partir do objetivo institucional de *“capacitar pessoal para atender às necessidades do país, cuja história político-administrativa ainda estava por ser feita em quase toda sua totalidade”*.⁷³ Não se pode desconhecer também que sua criação ocorria no contexto do regime militar, daí a prioridade dada à história político-administrativa em detrimento ao enfoque econômico e social, que tinha, à época, posição de centralidade na historiografia produzida no eixo sudeste do país.

Como assinalado, já na época de sua criação, delineia-se uma das vocações do Programa, a de desenvolver área de pesquisa avançada em história política que foi sendo implementada, seja sob a perspectiva político-institucional, nos trabalhos

⁷² MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SALES, Eric. **Op. Cit.** P. 16.

⁷³ SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva. **Op. Cit.** P. 08.

da primeira década, seja sob o viés da cultura política nos estudos pós 1990. A consolidação desse domínio processou-se em consonância com o propósito inicial de

associar a saga da construção de Brasília e da transferência da capital para o Planalto ao desenvolvimento da pesquisa histórica sobre o governo, a construção das instituições políticas, os movimentos políticos e sociais, a política exterior do Brasil e as relações internacionais.⁷⁴

Não há, também, como não associar a essa vocação primeira do programa a permanência de antiga tradição da cultura historiográfica oitocentista produzida sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seu investimento na construção da nação e da nacionalidade brasileiras. Uma concepção e uma prática de escrita de história centradas no objetivo de legitimar, em nome da ciência, o projeto de construção da nação e sob o controle do eixo RJ/SP/MG, bem como o poder monárquico recém-instaurado e representado pelo imperador D. Pedro II.⁷⁵

Não por acaso, a historiografia produzida no espaço do IHGB, naquele contexto em que a história se estabelece como disciplina, como saber com estatuto de inteligibilidade socialmente reconhecido, com autoridade para tratar o passado do país, tornou-se “*matriz do estudo das instituições políticas e do discurso fundador da nacionalidade*”.⁷⁶ Como tal, torna-se a referência para a História Política e Administrativa praticada no campo historiográfico brasileiro até 1930, com ressonâncias até os dias atuais.

Os desdobramentos dessa forte tradição ainda reverberam, haja vista a prioridade dada à criação das duas áreas de concentração do PPGHIS/UnB. Trata-se de permanência observada até 2006, pois as reestruturações não extinguiram a dimensão política nos estudos e pesquisas do programa. Trata-se de dimensão priorizada, presente nas dissertações e teses da área de concentração/linha de

⁷⁴ Idem. **Ibidem**. P. 09.

⁷⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido*. In **História em Revista: dossiê Historiografia**, Pelotas/RS, v. 06, dez. 2000. P. 07

⁷⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sociabilidades sem histórias: votantes pobres no Império, 1824-1881*. In FREITAS, Marcos César de (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. P. 42.

pesquisa História das Relações Internacionais (1994-2004). Também aparece nas teses e dissertações abrangidas nas áreas de estudos: História Social e das Idéias, História Social e História Cultural (1994-2004), ora com seus contornos tradicionais, ora subsumida nas orientações e recortes da história regional, ora tratada como cultura política, ou com os processos, pensamentos/ações dos grupos sociais, com a pluralidade e multiplicidade das experiências históricas. O quantitativo das dissertações das duas áreas de concentração da fase primeira do programa (1976-1994), com extensão até 1996, quando terminam as últimas dissertações inscritas nas duas áreas, explicita-se no quadro 02, a seguir

Quadro 02

Programa de Pós-Graduação em História/UnB Produção acadêmica por Área de Concentração 1976 – 1996		
Ano	AC História Política do Brasil	AC História das Relações Exteriores do Brasil
1976-77	00	00
1978	01	01
1979	02	04
1980	03	00
1981	01	00
1982	02	01
1983	05	02
1984	00	02
1985	02	01
1986	02	04
1987	04	01
1988	06	02
1989	03	01
1990	05	02
1991	01	02
1992	06	03
1993	07	02
1994	05	04
1995	09	01
1996	05	00
Total	69	33
Total Geral	102 dissertações	

Fonte: Autor

História das Relações Exteriores do Brasil, com produção quantitativamente inferior à História Política do Brasil – 33 para 69 –, é a área de concentração que se consolida, que responde pelos contornos identificáveis da referida vocação. É a área

que adquire solidez, continuidade e coerência, com seu programa de pesquisa e ensino vinculados pela preocupação com a estrita definição do objeto de estudo, de métodos e perspectivas de análise. Como assinala Saraiva, ao avaliar o desempenho das duas áreas de concentração do PPGHIS/UnB, História Política do Brasil e História das Relações Exteriores do Brasil,

A segunda área, especialmente, adquiriu extrema solidez e manteve constante atualização. Liderada por Amado Luiz Cervo, esta área foi a única a continuar no Brasil os desenvolvimentos dos historiadores das relações internacionais que haviam construído objeto específico de estudos desde os anos trinta.⁷⁷

No PPGHIS/UnB, foi a única área de estudos que permaneceu, se bem que sob outra denominação e com o alargamento de seu espectro temático e conceitual – História das Relações Internacionais –, após as reestruturações feitas em 1993/94 e 2003/04. Mudou de nome mas manteve, com alguns acréscimos, os mesmos aportes teóricos e metodológicos usados nas análises das relações exteriores do Brasil e da diplomacia. Percurso contrário conheceu a AC História Política do Brasil que se desdobrou em vários domínios, com ampliação de temas/objetos, bem como de perspectivas e abordagens. Na primeira reestruturação do Programa (1993/94), ela desdobra-se nas áreas de estudo que integram as duas Linhas de Pesquisa do PPGHIS/UnB: História Social e das Idéias e História: Discurso, Imaginário e Cotidiano.

A ampliação de suas fronteiras acompanhou o movimento de mutação operado no interior da disciplina História, não apenas pela crítica aos modelos macroestruturais de análise do social, mas também pela posterior radicalização dessa crítica, com sua “virada” para a cultura, com sua ênfase no texto e na linguagem, com o movimento reconhecido como “*linguistic turn*”. Sob a forma de cultura política, história intelectual, história do pensamento político, sociedade e poder, cotidiano e poder, a dimensão política permanece informando as dissertações e teses do período, embora deslocadas da centralidade anterior.

Essa posição descentralizada da dimensão política mantém-se de forma predominante na segunda reestruturação ocorrida no PPGHIS/UnB, em 2003/04,

⁷⁷ SARAIVA, José Flávio Sombra. **Op. Cit.** P. 13.

momento tensionado, em que o embate pela redefinição de domínios, de precisão de limites, de contenção da dispersão com a estrita definição das áreas de estudo, resultou na criação de 04 (quatro) áreas de concentração: História Social, História Cultural, Estudos Feministas e de Gênero, História e Historiografia das Idéias. Com efeito, como verificado na pesquisa, a história política embora deslocada da centralidade inicial, não desapareceu das teses e dissertações do programa, após suas duas reestruturações. Ela permanece sintonizada com a ampliação dos conceitos de poder e política, bem como com os incontáveis diálogos com outros campos disciplinares e outras áreas/subáreas do campo da história, dentre estas, a história econômica, social e cultural.

A partir dos dados coletados é possível afirmar, portanto, que se evidencia o predomínio da dimensão da história política do Brasil, no período de 1976-1994, seja sob a forma de estudos sobre política interna, ligada às instituições, à sociedade e ao poder, caso das dissertações/teses sobre as Assembléias Constitucionais, Estado, Igreja, governo, administração, reformas, revoltas e rebeliões, partidos políticos, seja nos estudos sobre política externa, com ênfase nas relações diplomáticas do Brasil com outros países.

Tal predomínio, que poderia parecer óbvio, já que as duas áreas de concentração, existentes até 1993/1994, têm como eixo comum a dimensão política, indicada nas respectivas denominações e descrições, confirma-se com a pesquisa feita, quando se consulta as dissertações do período. Muitas delas alargam o espectro da política ou dele fogem, enveredando-se para a história econômica (02 dissertações), história social (15 dissertações), história cultural (14 dissertações). Após 1994, as dissertações e teses da Linha de Pesquisa de História das Relações Internacionais, criada naquela data, permanecem fieis à dimensão da política, tal como feito na área de concentração que lhe antecedeu, com ênfase nas relações internacionais e na diplomacia brasileira. Assim, não há como negar que a opção pela história político-administrativa, definida como a vocação do Programa, não apenas norteou as produções de seus primeiros anos, mas prosseguiu por uma década, com desdobramento até os dias atuais.

As dissertações do primeiro momento, principalmente aquelas produzidas na 2ª metade dos anos 1980, apontam-nos para a extrapolação dos limites da AC História Política do Brasil, haja vista suas incursões para outras dimensões e domínios do campo historiográfico. Tornou-se visível que o enfoque político não

mais se encontra na posição de centralidade, mas compartilhando e/ou disputando espaços com os domínios da história social e cultural. Tal mudança acompanha as transformações ocorridas no mundo desde o final da 2ª. Guerra Mundial, acirradas nas últimas décadas do século XX, e também no Brasil com seu processo de abertura lenta e gradual para o regime democrático. Cotidiano, representações, identidades, imaginário, negros, mulheres, minorias, sexualidade, religiosidade, fronteiras, sociabilidades e sensibilidades são temas, objetos, recortes e domínios incluídos no discurso historiográfico, que ganham visibilidade nas pesquisas de dissertações/teses de diversos programas de pós-graduação do país, situação que também ocorre no PPGHIS/UnB, e que marca o seu segundo momento.

Com efeito, mesmo antes da primeira reestruturação, dissertações como as de Georgete Medleg Rodrigues (1993) – *Ideologia, propaganda e imaginário na construção de Brasília* –, de Eleonora Zicari Costa de Brito (1992) – *A construção de uma marginalidade através do discurso e da imagem – Santa Dica 1923 a 1925* – e de Joelma Rodrigues da Silva (1995) – *Mulher: “pedra preciosa”: a prostituição e as relações de gênero em Brasília – 1957/1961*, apontam para essa ampliação e redirecionamento temáticos e teóricos. Objetos complexos, impossíveis de serem tratados a partir de modelos fechados e esquemáticos de análise, daí a exigência de ampliar os diálogos, de buscar quadros nacionais e áreas de estudos capazes de abrigá-los. Como assinalam Muniz e Sales:

Os redirecionamentos e redefinições processados no campo da história com a ampliação das fontes, conceitos, objetos, problemas e abordagens explicitam-se na produção acadêmica do PPGHIS, a partir do final dos anos 1980. São dissertações ainda formalmente abrigadas, e percebida por muitos da comunidade como mal abrigadas, na AC História Política do Brasil. Tal identificação ocorrera porque, não obstante considerar o recorte político, sua centralidade fora deslocada e compartilhada com a História Social, das Idéias e Cultural. O alargamento era visto menos como revigoração e mais como diluição e perda de identidade como área de especialização.⁷⁸

⁷⁸ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SALES, Eric. **Op. Cit.** P. 23.

Tais mudanças e ampliações exigiram redefinições de eixos teóricos, metodológicos e temáticos para abrigar as práticas de pesquisa e de escrita da história em curso no Programa. Assim, em 1993/94, ocorre a primeira reformulação do PPGHIS/UnB, que se dá em conformidade ao movimento de reorganização dos programas de pós-graduação do país e também em sintonia com as demandas dos docentes e discentes e com as orientações da CAPES. Essa reestruturação caracteriza o segundo momento do PPGHIS/UnB, com a criação de 03 (três) linhas de pesquisa: História Social e das Idéias, História das Relações Internacionais e História: Discurso, Imaginário e Cotidiano.

A substituição das áreas de concentração por linhas de pesquisa respondia às orientações e recomendações da política dos órgãos de fomento para as pesquisas acadêmicas, ao definir novos rumos para os programas de pós-graduação do país. Tais políticas tinham em vista assegurar maior flexibilidade, organicidade e dinamicidade aos programas de capacitação de mestres e doutores. Esse propósito incluía outro, o de agilizar a formação de tais quadros para atuar no ensino superior cuja crescente expansão vincula-se às políticas governamentais de incentivo e apoio à ampliação da rede privada de instituições de ensino superior, cujo crescimento em relação ao público foi expressivo nas décadas 1980 e 1990.

Segundo Silvia Petersen, contrariamente ao praticado em muitos programas, a organização em linhas de pesquisa não veio para por fim às antigas áreas de concentração, mas, sim, integrá-las como *“fato gerador, o eixo dos cursos”*.⁷⁹ Contudo, na prática, como ressaltam Fico e Polito,

Elas não deixam de ser, em muitos casos, uma simples formalidade (...) Na maioria das vezes (...) não tem sido fácil para história restringir-se a diretrizes de pesquisa muito definidas e que permaneceriam inalteradas por longo período. O que termina acontecendo, neste quadro de linhas de pesquisa apenas formalmente estabelecidas, é uma concentração de temas ou

⁷⁹ PETERSEN, S. R. F. *Linhas de pesquisa e as dissertações/teses nos programas de pós-graduação em História: algumas idéias para discussão*. In **Anos 90**, Porto Alegre, UFRGS., v. 6, p. 154-164, 1996. P. 156.

abordagens por orientadores que, assim, exercem o papel de lideranças intelectuais aglutinadores de um grupo homogêneo.⁸⁰

Tal avaliação aplica-se às práticas de pesquisa do PPGHSI/UnB, espaço em que as linhas de pesquisa substituíram as áreas de concentração e desempenharam um papel mais formal do que dinâmico, de “eixo dos cursos”, gerador de áreas de estudo, buscado naquelas orientações. Também ali, os orientadores, mais do que as linhas de pesquisa, aglutinam dissertações e teses centradas em temas e/ou abordagens priorizados e/ou contemplados por aqueles em suas pesquisas. Uma evidência desse papel dos orientadores é a existência de dissertações abrigadas nas áreas de concentração originais (História Política do Brasil e História das Relações Exteriores do Brasil) após de três anos de reformulação do Programa, bem como a “migração” de trabalhos/orientandos da LP História: Discurso, Imaginário e Cotidiano, formada pelas professoras Tânia N. Swain, Maria T. Negrão de Mello, Eleonora Zicari de Brito, Cléria Botelho da Costa, Jaime de Almeida e Diva do Couto Gontijo Muniz para três áreas de concentração, criadas em 2003/04: História Cultural (Cléria Botelho da Costa, Maria T. Negrão de Mello, Jaime de Almeida e Eleonora Zicari), História Social (Diva Muniz) e Estudos Feministas e de Gênero (Tânia N. Swain e Diva Muniz).

Como já assinalado, em 1993/94, o Programa sofreu sua primeira reformulação, com a criação do Doutorado e com a substituição das duas áreas de concentração originais, por três linhas de pesquisa⁸¹. Trata-se de reestruturação sintonizada não apenas com as orientações dos órgãos fomentadores de pesquisa, mas, também, com as necessidades internas do Programa. A reorientação tinha em vista acolher práticas de ensino e de pesquisa que não mais cabiam naquelas áreas de estudos, tal como tradicionalmente pensadas. Ela buscava atender, enfim, aos desafios da formação do historiador dos anos noventa.⁸²

A criação do doutorado, na avaliação de Saraiva, compreendia uma iniciativa importante, pois pensada como *“peça chave no processo de consolidação do*

⁸⁰ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *Teses e dissertações de história defendidas em 1995*. In **Estudos Históricos**, vol. 9, n. 17, 1996. P. 169.

⁸¹ Importante lembrar que como aponta Silvia Petersen, alguns programas mantiveram as Áreas de Concentração precedendo as Linhas de Pesquisa (1996: 156-157), mas que esta ação não foi homogênea. O que ocorreu na maioria do Programas foi a eliminação das Áreas de Concentração e substituição por Linhas de Pesquisa.

⁸² SARAIVA, José Flávio Sombra. **Op. Cit.** P. 14.

*programa*⁸³. Já as linhas de pesquisa representariam investimento na possibilidade de “*maior abertura de horizontes e de integração com as áreas filosófica, antropológica, sociológica e das relações internacionais*”.⁸⁴ Trata-se, enfim, de reestruturação que atendia tanto às exigências institucionais e sua política de agilização na capacitação de quadros para atuar no ensino superior, como às demandas dos docentes e discentes do programa e, ainda, às mudanças ocorridas no campo da história. Uma reorientação que permitiria manter a tradição disciplinar e, ao mesmo tempo, abrigar a interdisciplinaridade, direção tomada pelos estudos históricos naqueles momento e contexto.

Não há dúvida de que a escolha pelas linhas de pesquisa respondia também a uma necessidade surgida por outras leituras do mundo e da experiência temporal, desafio interposto à historiografia brasileira a partir da década 1990 e que permanece até os dias atuais. Afinal, a complexidade, diversidade e pluralidade dos temas, objetos e sujeitos históricos, assim como as possibilidades de ampliação de fontes e de problemas, eram questões e desafios que não mais cabiam nas perspectivas e abordagens tradicionalmente utilizadas para o modo de se pensar o passado e de se escrever a história.

O alargamento operado no campo da história foi resultado de um movimento maior de mutação, de crítica externa e interna, de releitura dos fundamentos epistemológicos, vivido pela disciplina no contexto da “virada lingüística”, da proclamada “crise da história”. São redirecionamentos e redefinições já sinalizados nos 1980 e tornados mais visíveis nos anos 1990 na produção acadêmica brasileira em geral e na do PPGHIS/UnB em particular. O quantitativo da produção do Programa no período de 1996-2006, por linha de pesquisa, explicita-se no quadro 3, a seguir. Ressalte-se que embora essas três linhas tenham sido extintas em 2003/04, por ocasião da segunda reestruturação do PPGHIS/UnB, até 2006, ainda existiam dissertações e teses nelas abrigadas, pois até 2004 a seleção para ingresso no programa foi realizada de acordo com a estruturação e organização imprimidas em 1993/94, ou seja, nas referidas linhas de pesquisa.

⁸³ Idem. **Ibidem**. P. 15.

⁸⁴ Idem. **Ibidem**. P. 14.

Quadro 3

Programa de Pós-Graduação em História/UnB Produção acadêmica por Linha de Pesquisa (1996 – 2006)						
Ano	História Social e das Idéias		História das relações Internacionais		História: Discurso. Imaginário e Cotidiano	
	Mest	Dout	Mest	Dout	Mest	Dout
1996	03	-	01	-	02	-
1997	02	-	02	02	-	-
1998	04	02	03	01	04	-
1999	03	-	04	01	04	-
2000	06	05	05	04	02	04
2001	05	01	03	05	03	03
2002	06	05	03	02	04	02
2003	06	02	03	02	05	01
2004	04	07	-	-	03	03
2005	-	-	-	01	01	-
2006	-	-	-	02	-	-
Total por área/titulação	39	22	24	20	28	13
Subtotal	61		44		41	
Total geral	146					

Fonte: Autor

Como se pode observar, a LP História Social e das Idéias responde pela maior quantidade de dissertações e teses do programa: um total de 61 trabalhos, distribuídos entre 39 dissertações e 22 teses. Trata-se de superioridade numérica que aponta para reorientações processadas no campo da História Social, bem como para redefinições e permanências do político. Observa-se, nessa produção, a abertura evidenciada na historiografia social brasileira para métodos diferentes de leitura das experiências históricas, centrados em abarcar, com riqueza de detalhes, a complexidade, multiplicidade, diversidade e pluralidade do social. Tal como observado no campo historiográfico brasileiro, a partir dos anos 1970, ocorre uma abertura na historiografia social para métodos diferentes de leitura das experiências históricas, percebidas em sua complexidade. Como sublinha Maria Odila Leite da Silva Dias, trata-se de ampliação, refinamento e abertura por meio dos quais os historiadores procuraram instrumentalizar-se com

métodos diferentes de abordagens para aceitar uma pluralidade de experiências históricas, sem lhes atribuir aspectos de desintegração, de inerente desordem ou anomia. Documentar experiências diversas de vida, aceitar conjunturas sociais fragmentadas que desafiam globalidades tidas como certas, racionais, coerentes com sistemas ideológicos predefinidos (...) ainda faz parte da construção por conceitos como o do social por oposição ao político ou ao nacional. Interpretar o social implica passar pelo crivo da redefinição da cidadania política.⁸⁵

As principais mudanças observadas nas práticas de pesquisa e de escrita da história se encontram nas linhas de pesquisas História Social e das Idéias e História: Discurso, Imaginário e Cotidiano. A primeira estabeleceu como eixo norteador das pesquisas a problematização das relações entre processos sociais e seus ideários, aí também consideradas as práticas historiográficas. Esta linha também abriga trabalhos que consideram a política, enfocada sob dimensões reconhecidas como as da história social. A dimensão política da história, como já ressaltado, não desapareceu das reflexões que iluminam as pesquisas daquelas linhas de pesquisa. Em algumas dissertações/teses, aquela encontra-se igualmente abrigada nos estudos histórico-políticos, trabalhados sob lógica regional ou local. São estudos monográficos, verticalizados, localizados, em que se evidencia a permanência do político, seja em sua acepção tradicional, seja como cultura política, seja como pensamento político, seja presidindo movimentos sociais ou vivências cotidianas.

A leitura do mundo como representação, com sua ênfase no texto e na linguagem, observada na historiografia brasileira a partir dos anos 90, também aparece na produção do PPGHIS/UnB. As pesquisas produzidas sob tal perspectiva encontram-se abrigadas na Linha de Pesquisa História: Discurso, Imaginário e Cotidiano. A abordagem interdisciplinar e a adoção dos quadros nocionais da nova história cultural, das teorias das representações sociais, dos conceitos de microfísica do poder, imaginário, identidades, discurso, sexualidade e cotidiano social são eixos e perspectivas norteadoras da referida linha e de suas dissertações e teses. Os trabalhos inscritos em tal linha de pesquisa compreendem um conjunto discursivo

⁸⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sociabilidades sem histórias: votantes pobres no Império, 1824-1881*. In FREITAS, Marcos César de (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. P. 54.

cujo traço mais visível é o da heterogeneidade temática, de objetos, atores, perspectivas e métodos de abordagem. Evidenciam-se, neles, não apenas a recusa à abordagem disciplinar tradicional, presa a modelos fechados de compreensão, bem como a renúncia “às definições clássicas dos objetos históricos”.⁸⁶

Priorizam-se, nesses estudos, uma leitura aberta e atenta à diferença, multiplicidade e especificidades históricas, bem como ao diálogo inter e multidisciplinar. São dissertações/teses que explicitam sua consonância com a “virada lingüística”, pois investem nas construções simbólicas e culturais dos agentes em suas experiências de vida, na crítica à lógica do sujeito centrado e das identidades fixas e estáveis, no “discurso pensado como prática instituinte e não como reflexo de um suposto real”⁸⁷. É o que se percebe no conjunto de trabalhos da linha de pesquisa, centrados na análise de diferentes práticas discursivas – midiáticas, literárias, jurídicas, pedagógicas, religiosas e médicas – no esforço em historicizar práticas e representações culturais instituidoras dos sujeitos/objetos históricos: identidades, religiosidades, cidades, sociabilidades, escolarização, gênero, sexualidade, bruxaria, loucura, festas, memórias, fronteiras, migrações, modernidade, música e doenças.

A substituição da A/C História das Relações Exteriores do Brasil pela Linha de Pesquisa História das Relações Internacionais não implicou maiores alterações quanto à dimensão, temas, objetos, problemas e abordagens considerados nos estudos daquela área. Esta linha de pesquisa, diferentemente das outras, consolidou-se como área especializada de estudos, cujo território engloba a diplomacia e as relações internacionais. Seus objetivos são “compreender os componentes e o movimento do sistema internacional, as determinações históricas, os desígnios e a conduta dos Estados”⁸⁸, bem como a influência da opinião pública, o papel das organizações governamentais e não governamentais, particularmente, seus projetos de integração regional, de associações internacionais, de sociedades multinacionais, etc.⁸⁹

⁸⁶ CHARTIER, Roger. *Uma crise na história? A história entre narração e conhecimento*. In PESAVENTO, Sandra J. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade: UFRGS, 2001. P. 116.

⁸⁷ RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In SILVA, Zélia (org). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1999. P. 88.

⁸⁸ SARAIVA, José Flávio Sombra. **Op. Cit.** P. 16.

⁸⁹ Idem. **Ibidem**. P. 07.

A saída de um grupo de docentes da LP História das Relações Internacionais para outro programa de pós-graduação da Universidade de Brasília, em 2003, encerra a atuação da linha, com algumas teses remanescentes, defendidas até o ano 2006 (02 teses). As primeiras teses da Linha de Pesquisa História das Relações Internacionais foram defendidas em 1997, uma delas, a de Francisco Doratioto (*As relações entre o Brasil e o Paraguai*) e a outra, de Dinair Andrade da Silva (*José Martí e Domingo Samiente: duas idéias da construção da hispano-américa*) tendo como orientadores, respectivamente José Sombra Saraiva e Amado Luiz Cervo. Além dessas, em 1998, foram defendidas, outras duas, inscritas na LP História Social e das Idéias: a tese de Mário Roberto Bonomo (*Ouro Preto: de relíquia mineira à glória nacional – 1867-1988*), e a de René Marc da Costa Silva, (*Por onde o povo anda... a construção da identidade quilombola dos negros de Rio das Rãs*), sendo suas respectivas orientadoras as professoras Maria Eurydice de Barros Ribeiro e Janaina Amado. A LP História: Discurso, Imaginário e Cotidiano teve suas primeiras teses defendidas no ano 2000, com os trabalhos de Geraldo José de Almeida (*Essa terra é do homem? Movimento dos posseiros na Cascata, na Região de Rondonópolis – MT (1960-1982)*), Cláudia da Silva Costa (*Aquarela brasiliense: paisagens de uma cidade e polifonia (1960-2000)*), Edem Vaz (*A retórica do pecado no auditório colonial: o discurso catequético e o desbravamento da preguiça*) e Teresinha Aparecida Mendes Marra (*Sob o signo do populismo e do neoliberalismo: construções retóricas e configurações (Brasil e Argentina 1989-1992)*), todas elas sob orientação da professora Maria T. Ferraz Negrão de Mello.

Como se pode perceber, ocorreu um o crescimento expressivo do Programa, que capacitou no período de dez anos, um total de 91 (noventa e um) mestres e 55 (cinquenta e cinco) doutores, com o correspondente quantitativo de dissertações e teses, perfazendo um total de 146 pós-graduandos. Esse crescimento aponta igualmente pra a consolidação do Programa que recebeu, em 2006, nota 05 (cinco) na avaliação da CAPES. Destaca-se, particularmente, o crescimento da LP História: Discurso, Imaginário e Cotidiano que, com apenas 05 (cinco) docentes, respondeu por 13 (treze) doutores/teses e 28 (vinte e oito) mestres/dissertações no período. O crescente interesse por novos objetos, abordagens, perspectivas e problematizações do social, pela adoção da abordagem interdisciplinar, parece ser uma das razões da crescente demanda por essa linha de pesquisa. Sua produção praticamente se equipara, numericamente, à de História das Relações

Internacionais, linha já consolidada, identificada com a vocação inicial do programa e formada por 09 (nove) docentes: 41 (quarenta e uma) e 44 (quarenta e quatro) dissertações/teses respectivamente.

O crescimento do interesse pela cultura, pela leitura do mundo como representação, explicitado no significativo número de dissertações/teses abrigadas na LP História: Discurso, Imaginário e Cotidiano não se encontra desatrelado do movimento observado na historiografia brasileira, a partir dos anos 1990, com seu enveredamento pela cultura. Segundo avaliação de Carlos Fico (2000: 27-28), são mudanças no campo historiográfico que respondem pela “*diluição das abordagens metodológicas estritas*”, pelo “*declínio*” da “*preocupação teórica com a estrita definição do objeto de estudo de dada especialidade*”, pelo “*enterro das teorias sociais globais*”, sinalizadas nos anos 1980 e tornadas mais visíveis nas últimas décadas do século XX, com permanências no século XXI, contexto em que, segundo aquele autor a “*tendência frutifica*”.⁹⁰

Simplificações à parte, pois observa-se justamente um aumento de estudos priorizam a dimensão teórica, com o crescimento de obras sobre teoria e historiografia, não resta dúvida de que a pluralização ocorrida no campo aproximou e distanciou historiadores. Por um lado, ela atendeu aos interesses daqueles que pensavam diferentemente a história e buscavam libertar-se de esquemas prévios e redentores. Por outro, ela trouxe desconforto a muitos outros, desalojados das posições até então ocupadas, assentadas em certezas prévias e legitimadas pelo poder autorizado das teorias sociais globais. Enfim, por aqueles historiadores que lamentavam “*o fato de ela ter sido estilhaçada pela proposta de se pensá-la múltipla relativa e diferentemente*”.⁹¹

Dessa tensão não estavam excluídos e/ou protegidos os docentes e discentes do PPGHIS/UnB. Além disso, também a saída do grupo da LP História das Relações Internacionais para outro programa, acrescida das recomendações da CAPES de que se imprimissem contornos mais precisos às linhas de pesquisa e de que estas fossem abrigadas em áreas de concentração, coerente e consistentemente definidas e identificadas, responderam pelas condições necessárias para a segunda

⁹⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra. **Op. Cit.** P. 07.

⁹¹ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Sobre gênero, sexualidade e o segredo de Brockback Moutain: uma história de aprisionamento*. In STEVENS, Cristina M. T.; NAVARRO-SWAIN, Tânia (orgs). **A construção dos corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. P. 123.

reestruturação do programa. Assim, em 2003/04, as antigas linhas de pesquisa foram extintas e substituídas por 04 (quatro) áreas de concentração: História Cultural, História Social, Estudos Feministas e de Gênero e História e Historiografia das Idéias. Cada uma dessas áreas abrigou uma linha de pesquisa, assim definidas: Identidades, tradições, processos (História Cultural); Sociedade, instituições e poder (História Social); Epistemologia feminista e história das mulheres (Estudos Feministas e de Gênero); Tradições intelectuais, modernidade e classicismo (História e Historiografia das Idéias). Esta última área de concentração, em 2005, incorpora-se à AC História Cultural, mantendo a referida linha de pesquisa.

Esse terceiro momento do programa, marcado pelo movimento de redefinição de áreas de estudo, perfilava-se, formalmente, ao ocorrido no campo historiográfico brasileiro de “virada histórica”, de contenção da dispersão, de retorno aos arquivos, de redefinição de rumos, de regulamentação da profissão, com a demarcação de fronteiras e domínios. A criação das áreas do programa aponta menos para o rigor e clareza quanto aos objetos, métodos e perspectivas teóricas de cada área e mais para as dificuldades em demarcar limites em territórios cujas fronteiras são instáveis, fluídas, dinâmicas, próprias da dinâmica da história.

Como explicitado no regulamento do PPGHIS/UnB, História Cultural tem como centro de suas preocupações refletir sobre identidades enquanto expressões culturais historicamente construídas e também sobre as idéias e modos de pensar em diferentes configurações culturais. Inicialmente abrigou duas linhas de pesquisa – Identidades, tradições e processos e Tradição e modernidade –, que foram reduzidas apenas à primeira, com a incorporação da AC História e Historiografia das idéias, em 2005. Em termos de quantitativo de docentes, estabeleceu-se como a maior delas, com 11 (onze) professores efetivos e 03 (três) colaboradores; em 2009 esse quantitativo foi reduzido para 08 (oito) docentes. Trata-se de área que abriga

os estudos e pesquisas de docentes e pós-graduandos que tratam de variadas formas de manifestações culturais em diferentes épocas e ambientes distintos. Os estudos comportam objetos definidos mediante diferentes recortes temáticos e universos de análise apoiados em metodologias igualmente variadas, e com recurso a instrumentos conceituais e perspectivas oriundos das diferentes disciplinas da Área de humanidades. Partindo de um conceito amplo

de cultura, as pesquisas da área contemplam tanto diferentes práticas culturais, inscrita em registros diversos (escritos, orais e imagéticos veiculados em lugares e momentos múltiplos), quanto expressões intelectuais de fonte identificáveis e âmbito de difusão definidos, (a exemplo de obras, autores, discursos, conjunturas e movimentos intelectuais).⁹²

Segundo o referido regulamento, a linha de pesquisa desta área de concentração, “Identidades, tradições, processos”, prioriza o estudo das identidades sociais e culturais compreendidas como construções relacionais,

elaboradas a partir da diferença, pois dependem do outro para que existam. Portanto, as identidades, compartilhando o entendimento de Stuart Hall, implicam uma relação social e são passíveis de apreensão em miríades de manifestações e condições engendradas no solo histórico. Além disso, são construídas a partir de valores, de códigos sociais compartilhados coletivamente, cuja teia de significações é fruto da criação humana em um determinado espaço e tempo.⁹³

Também enfoca, como uma outra possibilidade de leitura do social, as idéias e modos de pensar, examinados em sua inserção em determinadas tradições culturais

entendidas como transmissão e vigência, durante longos períodos históricos, de qualquer corpus de idéias, doutrinas, princípios, paradigmas etc., admitimos em um ou mais domínios cognitivos ou artísticos. A despeito da indicação de permanências, o conceito, tal como é aqui compreendido, não se confunde com mera acolhida passiva de valores e práticas culturais consagradas no passado.⁹⁴

⁹² Regulamento do PPGHIS;UnB, 2005: 13-14.

⁹³ Regulamento do PPGHIS;UnB, 2005: 14.

⁹⁴ Regulamento do PPGHIS;UnB, 2005: 14-15.

História Social é a área de estudos que prioriza a abordagem das experiências humanas, abrigando pesquisas que enfocam a dimensão social, em seu sentido restrito e também amplo, articulado à cultura. Dimensões, essas, que presidem as vivências cotidianas, as protagonizações dos sujeitos históricos, individual ou coletivamente, os modos de ser, de pensar e de agir, as práticas sociais e institucionais, as redes de relações e de sociabilidades. Agrega estudos e pesquisas sobre as experiências sociais, analisados por métodos diferentes de abordagens, com enfoque nas diferentes instâncias constitutivas do social, sem primazia de uma sobre outra. Nesse sentido, esta área

contempla os espaços econômicos, sociais, políticos e culturais com a gestação da economia-mundo, nos tempos modernos, com enfoque especial no domínio da história social e suas implicações no plano da narrativa histórica. A configuração desse campo de investigação envolve um universo temático que supera os quadros da história local e nacional mas mantém com esses níveis conexões constantes.⁹⁵

“Sociedade, instituições e poder” é a linha de pesquisa da área em torno da qual são produzidas as pesquisas e trabalhos centrados na dinâmica das relações sociais, políticas e institucionais, com ênfase, portanto, no movimento histórico da sociedade, atravessado por disputas, pelos jogos de poder, pelas redes de relações sociais que conectam interesses, modos de ver, de sentir e de atuar em sociedade. Tal área de estudos foi originalmente formada por 06 (seis) professores efetivos e 01 (um) colaborador; em 2009, seu corpo docente ampliou-se para 14 (quatorze) professores, com a migração de 01 (um) para AC História Cultural. As pesquisas e estudos realizados pelos docentes e discentes da área compartilham a diretriz comum de uma abordagem em que se procura articular sociedade, política e cultura, ao

inscrever as instituições no campo da história social, de forma a romper com as perspectivas limitadas pelo pressuposto de um monopólio do Estado sobre os instrumentos de legitimação da

⁹⁵ Regulamento do PPGHIS;UnB, 2005: 17-18.

violência nas sociedades. Busca-se ampliar as indagações sobre as referidas relações de forma que toda a complexa e multifacetada problemática das instituições, das disciplinas e dos assujeitamentos dos indivíduos e dos grupos não se reduza a uma leitura estreita que privilegia exclusivamente o aspecto da repressão.⁹⁶ (SIC)

Articular a reflexão teórica feminista, em suas diferentes expressões categoriais e propostas de análise da instituição do real, à produção de estudos históricos constitui o enfoque que a Área de Estudos Feministas e de Gênero define para as pesquisas que abriga e realiza. Seis professoras integram essa área que, em função de sua própria interdisciplinaridade, envolve docentes da sociologia, antropologia, literatura e comunicação. A área prioriza a abordagem interdisciplinar de temas/objetos identificados como próprios dos domínios da história das mulheres e dos estudos de gênero, pensados à luz da epistemologia feminista e da história da diferença. Para tal, os estudos e pesquisas da área são realizados utilizando

o instrumental teórico disponível e ao mesmo tempo, criando todo um arsenal próprio, com um campo semântico definido. Incorporam-se a este pressupostos cruciais na análise do social, o conhecimento localizado, o processo de subjetivação, a instituição e a disciplinarização dos corpos, a pregnância do sujeito em sua produção discursiva/analítica, como parte integrante da reflexão teórica contemporânea sobre a construção do real. Marcada pela interdisciplinaridade e congregando desde a filosofia até a biologia, a produção teórica feminista, como reconhecem alguns autores, vem alimentando a descontração de quadros de pensamento estáticos, de “regimes de verdade”, que imprimem ao real seus pressupostos eivados de historicidade.⁹⁷

A linha de pesquisa “Epistemologia feminista e História das Mulheres” integra a área e aglutina dissertações e teses produzidas sob esses dois eixos, sintonizados com os objetivos de responder às demandas e também conferir visibilidade às mulheres no discurso historiográfico, bem como à

⁹⁶ Regulamento do PPGHIS;UnB, 2005: 19-21.

⁹⁷ Regulamento do PPGHIS;UnB, 2005: 15-16.

produção do conhecimento feminista, em suas diversas teorias relativas à construção e apreensão do real. Tais objetivos justificam-se tendo em vista que a intensa produção bibliográfica feminista ainda permanece obscurecida na academia brasileira, em seus diferentes campos disciplinares, apesar de sua crucial contribuição crítica à cultura e análise das práticas sociais.⁹⁸

Como explicitado no referido regulamento, na produção de uma epistemologia feminista incluem-se “história das mulheres e estudos de gênero”, percebidos como integrantes de um conhecimento sobre as mulheres e sobre as relações entre os sexos, haja vista que

história das mulheres, enquanto produção disciplinar, atende à uma das perspectivas feministas, ou seja, desvelar a presença, a atuação e a resistência das mulheres ao longo de uma história soletrada no masculino. No domínio da história, tem se desenvolvido de forma singular e a produção historiográfica com esta temática é extensa, nos mais diferentes países e particularmente no Brasil (...) A perspectiva do “gênero” significa o destaque de uma categoria oriunda das próprias elaborações teóricas feminista, cuja visibilidade é maior no meio acadêmico: de fato, “gênero”, indicativo da construção social de papéis sexuais, passou gradativamente a conotar “mulheres”, sem a carga semântica pejorativa que acompanha a denominação feminismo, que rejeitamos.⁹⁹

Sobre a A/C História das Idéias e Historiografia, de curta existência, não foi possível descrevê-la, pois não há referências de seu perfil nos relatórios DataCapes consultados. Também não foi possível o acesso à documentação do arquivo do PPGHIS/UnB para localizar registros sobre a mesma. Contudo, através de um ex-discente do programa foi possível acessar o edital da seleção de 2003, para ingresso em 2004, em que a linha de pesquisa desta área é descrita tendo como

⁹⁸ Regulamento do PPGHIS;UnB, 2005: 16-17

⁹⁹ Regulamento do PPGHIS;UnB, 2005: 15-16.

eixo à indagação sobre diferentes modos pelos quais, em épocas e ambientes distintos, se formam, reconfiguram-se e perdem-se as tradições intelectuais. Entende-se por tradição intelectual a transmissão e vigência, durante longos períodos históricos, de qualquer corpus de idéias, doutrinas, princípios etc., ou de paradigmas e normas, admitidos em um ou mais domínios cognitivos ou artísticos.¹⁰⁰

A produção das quatro áreas, níveis mestrado e doutorado, no período de 2005 – 2006: está quantificada no Quadro 4, a seguir. A curta periodização e relativa pequena produção devem-se ao fato de que com a reformulação do programa, concluída em 2004, apenas em 2005 foram defendidas as primeiras dissertações das áreas. As teses identificadas em cada uma das quatro áreas, bem como algumas dissertações, são produtos oriundos de projetos de pesquisa abrigados nas linhas de pesquisa anteriores e identificadas formalmente nas novas áreas, particularmente as relacionadas nas áreas de concentração História Cultural, História e Historiografia das Idéias e Estudos Feministas e de Gênero. Essa migração de projetos, ocorrida sem prejuízos quanto à necessária coerência no que tange a perspectivas, abordagens e objetos, aponta para as dificuldades, limites e arbitrariedades de qualquer demarcação de domínios no território da história. A própria migração de docentes da área de História Cultural para História Social – no período de 2005 a 2009 foram 05 (cinco) deslocamentos – evidencia menos os distanciamentos e mais as aproximações entre as áreas de estudo, não obstante as demarcações formais estabelecidas.

¹⁰⁰ Folder de divulgação para seleção mestrado e doutorado PPGHIS/UnB, 2003.

Quadro 4

Programa de Pós-Graduação em História/UnB Produção acadêmica por Linha de Pesquisa (2005 – 2006)								
Ano	História Social		História Cultural		Estudos F. e de Gênero		H.e Historiografia das Idéias	
	M	D	M	D	M	D	M	D
2005	06	01	09	04	02	01	02	01
2006	12	-	12	06	03	04	03	01
Total por área/Titulação	18	01	21	10	05	05	05	02
Subtotal	19		31		10		07	
Total geral	67							

Fonte: Autor

Como se pode ver há o predomínio, quantitativo de teses/dissertações na área História Cultural: 31 trabalhos, para 19 (História Social), 10 (Estudos Feministas e de Gênero) e 07 (História e Historiografia das Idéias). Proporcionalmente ao número de docentes, há uma maior produção na área História Social. Também observa-se, comparando a produção das áreas, um desequilíbrio entre estas duas áreas e as outras duas, numericamente menores. Estas áreas terminaram por desaparecer do PPGHIS/UnB: História e Historiografia das Idéias, ao ser incorporada à AC História Cultural e Estudos Feministas e de Gênero, com sua gradual extinção, iniciada em 2008.

As dimensões cultural e social da história explicitam-se como predominantes no conjunto das dissertações e teses produzidas nesse terceiro momento do programa. Trata-se de predomínio perceptível não apenas quantitativamente, mas também na perspectiva visualizada naqueles trabalhos. A pesquisa feita mostrou-nos que tais dimensões encontram-se mais demarcadas em alguns estudos, enquanto em outros apresentam-se nuançadas. Também o viés político, como já ressaltado, informa a construção dos objetos de estudos de várias das dissertações/teses consultadas.

Um outro dado que entendemos interessante ressaltar é o da composição, por sexo, dos discentes do programa. Os dados coletados permitem-nos desnaturalizar a construção de que existiria uma desproporção de gênero, ou seja, um maior número de alunos do que de alunas, de que o sexo masculino seria

predominante. Ao quantificar os dados, verificamos que há, no período considerado, e na totalidade dos discentes, um relativo equilíbrio entre os sexos: no mestrado são 129 do sexo masculino e 127 do sexo feminino. No doutorado, 41 do sexo masculino e 32 do sexo feminino. Como demonstrado nos quadros 5 e 6 a seguir. Ressalta-se que estes números foram obtidos sobre o quantitativo de discentes que defenderam dissertações e teses e não pelo de ingressos no programa.

Quadro 5

Programa de Pós-Graduação em História/UnB		
Número de discentes por sexo - doutorado		
Período	Masculino	Feminino
1993-1996	0	0
1997-99	5	1
2000-01	13	9
2002	8	1
2003	2	3
2004	3	7
2005	4	4
2006	6	7
TOTAL	41	32
TOTAL GERAL	73	

Fonte: Autor

Quadro 6

Programa de Pós-Graduação em História/UnB		
Número de discentes por sexo - mestrado		
Período	Masculino	Feminino
1978-80	2	9
1981-83	7	4
1984-86	5	8
1987-89	10	9
1990-92	9	12
1993-94	11	8
1995-96	12	9
1997-99	17	10
2000-01	15	9
2002	5	10
2003	4	10
2004	6	5
2005	11	9
2006	15	15
TOTAL	129	127
TOTAL GERAL	256	

Fonte: Autor

Quanto ao quantitativo de docentes, por sexo, em cada um dos três momentos/fases do PPGHIS/UnB, observa-se o predomínio de docentes do sexo masculino no primeiro momento do programa (1976-1993), com a inversão significativa nos segundo e terceiro momentos (1994-2003 e 2004-2006), como demonstrado no quadro 7, a seguir

Quadro 7

Programa de Pós-Graduação em História/UnB			
Número de docentes por sexo			
Período	Masculino	Feminino	Total
1976-1993	07	03	10
1994-2003	11	17	28
2004-2006	07	13	20
TOTAL GERAL	25	33	58

Fonte: autor

Procuramos tecer, também, um mapeamento da produção do programa tendo por base as categorias dimensão e domínio, tal como pensadas por José D'Assunção Barros. A escolha dessa tipologia baseou-se no estudo desse autor que propõe uma forma de “ler” a história a partir de três divisões: dimensões, abordagens e domínios. São, é claro, categorias para organização dos dados e, como tais, construtos intelectuais, arbitrários, uma forma de leitura dentre várias possíveis. Segundo aquele historiador,

uma *dimensão* implica em um tipo de enfoque ou em um ‘modo de ver’ (ou em algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada); uma *abordagem* implica em um ‘modo de fazer história’ a partir dos materiais com os quais deve trabalhar o historiador (determinadas fontes, determinados métodos, e determinados campos de observação); um *domínio* corresponde a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos para os quais será dirigida a atenção do historiador (campos temáticos como o da ‘história das mulheres’ ou da ‘história do direito’). Desnecessário dizer que os historiadores podem unir em uma única perspectiva historiográfica uma dimensão (por exemplo, a

História Econômica), uma determinada abordagem (a História Serial), e um certo domínio (a História dos Camponeses). Na verdade, muitos outros tipos de combinações serão possíveis, até mesmo no interior de um grupo de críticos.¹⁰¹

Tendo por referência duas dessas categorias, dimensão e domínios, realizamos um mapeamento da produção de dissertações, no período de 1976 a 2006, explicitado no Quadro 8, a seguir. Como se pode ver, há uma ampliação de temas e objetos, alguns deles instalados sem maiores desconfortos nas dimensões tradicionalmente reconhecidas como tais, outros já alinhados em domínios identificados como áreas ou saberes específicos do campo historiográfico. Eles nos apontam para as múltiplas possibilidades de história.

Quadro 8

Dissertações do PPGHIS por dimensão e domínios (1976 – 2006)		
Dimensão	Domínio/Temática	Quantitativo
História Política	Instituições, Parlamento, Estado, Governos, Partidos Políticos, Igreja, Exército, relações exteriores, diplomacia, administração, rebeliões, movimentos políticos, missões militares, políticas públicas, reformas, guerras.	71
História das Relações Internacionais	Política externa brasileira e relações internacionais, acordos	29
História Social	Escravidão, imigração, migração, migração, movimentos sociais, história das mulheres, família, sociabilidades, população indígena, indigianismo, catolicismo, cidadania, feminismo, ensino e educação, prostituição. Abolicionismo, ecologia.	42
História Cultural	Identities, festas, mentalidade, cidades, sensibilidade, imaginário, representações sociais, religiosidades, música, artes, historiografia, cultura política, estudos de gênero, loucura, manifestações culturais, memória, fronteiras, tradições.	88
História Econômica	Trabalho, urbanização, industrialização, modernização, economia, relações de trabalho.	12
Total		242*

* Nesta tabela não estão inseridas as 14 dissertações, de 2002, na modalidade de mestrado institucional, em convênio com a UEG.

Fonte: Autor

¹⁰¹ BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. P.20.

Considerados os três diferentes momentos da re-estruturação e as respectivas áreas de concentração e linhas de pesquisa, observamos alguns domínios predominantes, marcas essas que apontam para diferentes interesses de pesquisa em contextos históricos específicos, que acompanham o campo histórico brasileiro em geral. Em nosso esforço de uma primeira classificação, destacamos alguns dos temas/domínios que, não obstante algumas diferenciações de nomenclatura configuram a topografia de interesses do programa, delimitada nas teses/dissertações abrangidas nas diferentes áreas de concentração, com predomínio da história do Brasil. Os temas são os seguintes: 1) relações exteriores do Brasil com a América Latina e África; 2) movimentos políticos e sociais brasileiros; 3) mundos do trabalho: trabalho livre e escravo no Brasil; 4) instituições políticas, sociais e religiosas; 5) representações, festas e imaginário; 6) memória, tradição e identidade sociais ; 7) história das mulheres e estudos de gênero; 8) História intelectual; 9) história regional, fronteiras e migrações.

Nesse primeiro esforço de reconhecimento da produção, percebe-se um desenho com várias formas e cores, onde a heterogeneidade destaca-se, apontando para práticas de pesquisa e de escrita da história, percebida como campo de múltiplas possibilidades. Nesse sentido, a cultura historiográfica engendrada nesse lugar institucional não se encontra fora do campo historiográfico brasileiro, nem de suas principais vertentes e tradições. Tal como observado na historiografia brasileira, também a produzida no PPGHIS pós-1990, caracteriza-se pelo

relativo distanciamento do antiteoricismo que prevaleceu no final dos anos 1980: hoje, em boa parte dos trabalhos, há um esforço de problematização conceitual, uma tentativa de afastamento do empirismo rústico, e a solução mais comum é a adesão a autores tomados como referência, dentre os quais, no anos 1990, destacam-se (nessa ordem): E.P. Thompson, R. Chartier, M. Foucault, R. Danton, W. Benjamin, N. Elias e P. Ricoeur [...] Os anos 1990 trouxeram novos desafios aos historiadores brasileiros, não apenas

relativos à reflexão sobre sua disciplina e ofício, mas também os de natureza institucional.¹⁰²

¹⁰² GUAZELLI, C. A. B. et AL (orgs). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. P. 36-37.

Capítulo 03

Na pluralidade, alguns padrões temáticos e discursivos

Nesse capítulo, procuramos ampliar a reflexão acerca da produção acadêmica do PPGHIS/UnB, no esforço empreendido de identificação de alguns padrões temáticos de cada um dos momentos da história do programa, bem como de algumas das principais tendências da historiografia brasileira em que aqueles se encontram abrigados.

Ao proceder ao exercício de identificação e reconhecimento das principais tendências da historiografia na produção do PPGHIS/UnB, é importante ter em mente que esta não se encontra desatrelada do percurso da historiografia brasileira, com suas regras, seus padrões temáticos e discursivos. Não se encontra, enfim, fora do regime de verdade estabelecido e legitimado pelas instituições e pela comunidade de historiadores acerca da concepção de história e dos procedimentos de pesquisa e de escrita da história em cada um dos três momentos do percurso da produção do PPGHIS/UnB. No estabelecimento desse regime de verdade encontram-se os modos de ver e de se escrever a história que se tornaram hegemônicos, que foram reconhecidos, social e institucionalmente, como verdades. Segundo Foucault,

cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.¹⁰³

Continuando com aquele autor

há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” - entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o

¹⁰³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008. P. 12.

conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.¹⁰⁴

Conhecer a história da historiografia requer atentar para essa “política geral” de verdade do campo disciplinar da história, para a historicidade do estatuto de verdade, pois este é produzido na história, não é imutável. Segundo Blanke, para acessar a história da historiografia é possível distinguir caminhos, a partir de suas funções afirmativa, crítica e exemplar. Nesse procedimento, não importando as diferentes funções, não se pode perder de vista as “posições ideológicas” que nortearam a elaboração de qualquer obra/trabalho. Conforme aquele autor:

A afirmação da ideologia oficial é um importante, senão o mais importante, aspecto da reconstrução histórica. Um exemplo seria o das atividades acadêmicas no assim chamado socialismo real, assim como ele se desenvolveu na RDA. O elemento afirmativo é influente em várias publicações que se apresentam como não possuindo caráter ideológico. Um exemplo em muitos poderia ser o do obituário que L. Ranke fez de Gernivus, que foi escrito com o único propósito de abandonar os ideais políticos pelos quais Gernivus havia lutado e assim legitimar o *status quo* político existente.¹⁰⁵

Já a função crítica da história da historiografia, segundo aquele autor,

é o esforço de escrever a história da historiografia com a intenção de criticar princípios ideológicos: o objetivo é superar criticamente visões de mundo e posições políticas. [...] A função crítica da história da historiografia pode ser percebida de várias formas diferentes: (a) como a crítica explícita de modelos tradicionais, isto é, como destruição de uma tradição particular que é apresentada como

¹⁰⁴ Idem. *Ibidem*. P. 13.

¹⁰⁵ BLANKE, Horst Walter. *Para uma nova história da historiografia*. In MALERBA, Jurandir (org). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. P. 32-33.

suspeita e antiquada e, (b) como redescobrimto de precursores esquecidos de algum historiador mais conspícuo.¹⁰⁶

Por função exemplar, Blanke entende ser

aquela que enxerga a história da historiografia como tendo uma função exemplar, no sentido de oferecer material ilustrativo para a reflexão teórica. [...] uma tentativa de resolver a tensão fundamental entre objetividade acadêmica e predisposições políticas usando a historiografia.¹⁰⁷

Em toda historiografia aquela tensão está presente, pois toda escrita encontra-se vincada pelo lugar social de sua produção, que jamais é neutro, como nos ensinou Certeau.¹⁰⁸ Como já assinalado, toda escrita da história é uma operação marcada pelas suas condições de produção, isto é, pelo seu tempo social e cultural, lugar social e regras arbitradas pela comunidade de historiadores. Assim, o conhecimento resultante das práticas de pesquisa e de escrita da história é sempre num saber politicamente localizado, instalado em uma topografia de interesses.

O caminho sugerido por Blanke foi por nós utilizado na leitura de dissertações e teses do programa. Tal orientação nos possibilitou identificar e reconhecer na produção acadêmica do PPGHIS/UnB trabalhos elaborados sob o enfoque da chamada história tradicional, traduzindo as orientações e escolhas do 1º momento do programa. Além destes, também aqueles que recusaram tal perspectiva e se deslocaram em direção à história social, percebidos nos estudos do 2º momento, no final de 1980, e ainda aqueles do 3º momento, alinhados às temáticas e problematizações da história cultural e dos Estudos Feministas e de Gênero.

Importante ressaltar que, não obstante as dificuldades, os limites e imprecisões da análise feita, o trabalho realizado foi desafiador e gratificante, já que, lembrando Malerba, “o caráter auto-reflexivo do conhecimento histórico talvez seja o

¹⁰⁶ Idem. **Ibidem.** P. 34.

¹⁰⁷ Idem. **Ibidem.** P. 35.

¹⁰⁸ CERTEAU, Michel de. **Op. Cit.** P. 77.

maior diferenciador da História no conjunto das Ciências Humanas.”¹⁰⁹ Este caráter auto-reflexivo é o que orientou nosso interesse e nossa decisão em fazer a análise da produção do PPGHIS/UnB. Nas palavras de Jurandir Malerba,

embora às vezes nos deparemos com algumas aberrações em contrário, o trabalho histórico profissional, aquele que se vem construindo nos programas de pós graduação e centros de pesquisa do país, essa história profissional exige um exercício de memória, de resgate da produção do conhecimento histórico sobre qualquer tema que se investigue. Não nos é dado supor que partimos de um “ponto zero”, decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, se voltaram a este ou aquele objeto que porventura nos interesse atualmente. Devido a uma característica básica do conhecimento histórico, que é sua própria historicidade, temos que nos haver com todas as contribuições dos que nos antecederam.¹¹⁰

As considerações de Malerba são importantes para o exercício crítico de qualquer obra ou conjunto de obras, pois elas nos permitem fugir do perigoso caminho da adjetivação e trilhar o da análise crítica, de buscar historicizar a história da história de um programa de pós graduação, de responder ao desafio do resgate da produção do conhecimento histórico sobre qualquer tema que se investigue. Nessa mesma direção reflete José Carlos Reis quando afirma que não há historiadores superados desde que lidos à sua época.¹¹¹ Não se trata somente de redescobrir autores supostamente marginais, de reconhecer precursores esquecidos, mas principalmente de buscar localizar cada autor em seu tempo social e cultural, solidário a uma “tradição particular”, às suas regras e padrões. Trata-se justamente de reconhecer que o mérito de todas obras não pode ser destruído e/ou desclassificado, sob a justificativa de que se trata de abordagem “tradicional”,

¹⁰⁹ MALERBA, Jurandir. *Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990*. In **Textos de história**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB: Dossiê: memória, identidade e historiografia. Brasília: UnB, vol. 10, n. 1/2, 2002. P. 182.

¹¹⁰ Idem. **Ibidem**. P. 182.

¹¹¹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 07.

“antiquada” e “superada”. Enfim, reconhecer que toda obra tem sua própria historicidade e seu valor, como reitera Malerba.

Entendemos ser esse um caminho para a valorização da crítica historiográfica que procuramos fazer e que também se encontra presente, explicitamente ou não, na obra de todo historiador, não sendo exceções as dissertações e teses do PPGHIS. Como visto no capítulo anterior, nos trabalhos do primeiro momento do Programa não se observa a preocupação em explicitar as orientações teóricas que envolvem a escrita da história, consoante ao modo de se pensar e de se escrever história naquele momento. No segundo momento do programa já se observa a preocupação em explicitar aquelas orientações em algumas dissertações e teses analisadas e no terceiro momento ela é predominante. Acompanha, portanto, o movimento observado na historiografia brasileira, a partir da década de 1990, tal como assinalam Fico e Malerba.

Atualmente, não apenas na produção do PPGHIS/UnB, como na de vários outros programas de pós graduação do País, além da orientação teórica explicitada nos trabalhos, há ainda estudos específicos sobre teoria da história e historiografia, se bem que ainda em quantidade reduzida. Não se pode ignorar que, de uma forma ou outra, as dissertações e teses do PPGHIS/UnB têm seu objeto de estudo construído à luz da pesquisa empírica e de orientações teóricas, explicitadas ou não, tratadas separadamente em um único capítulo ou diluídas em todos os capítulos. Enfim, elas estão presentes, explícita ou implicitamente, pois são a lente que o historiador usa para construir seu objeto e escrever sua narrativa. Como ressalta Malerba,

a grande maioria das teses e dissertações trazem uma reflexão e uma crítica historiográficas, que pode se encontrar, como até pouco tempo se fazia, bem compartimentada ali num capítulo ou sub-capítulo introdutório, ou mais “diluída” por todo o corpo do texto.¹¹²

Tal modo de se escrever a história, “compartimentada num capítulo ou sub-capítulo introdutório”, encontra-se evidenciado, por exemplo, na dissertação de Maria de Fátima Fontes Piazza, intitulada *A Invasão espanhola na ilha de Santa Catarina*. Dissertação abrigada na área de História Política Externa do Brasil,

¹¹² Idem. *Ibidem*. P. 182.

orientada pelo professor Amado Cervo e defendida em 1978, inscreve-se, como outras desse período, no domínio da história política-administrativa do Brasil. Na análise feita, a autora busca mostrar como foi a preparação dos espanhóis para invasão, de forma descritiva, com apoio de autores e obras relativas à história de Santa Catarina. Em sua introdução, a autora dialoga com a historiografia existente sobre o tema, descrevendo como cada autor apresenta o assunto e sua importância para a elaboração do projeto e, conseqüentemente, para a realização da pesquisa e trabalho apresentado. A preocupação em “preencher lacunas”, em escrever a história que, finalmente, iria dizer a verdade sobre o tema/recorte considerado para análise, explicita-se nos objetivos propostos da dissertação, segundo os quais atenderiam às necessidades:

1. de complementar os dados existentes sobre a invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina, encontrados nas obras acima mencionadas.
2. de uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema, abordando-o em perspectivas diversas das já focadas, aproveitando o farto material existente em Arquivos Brasileiros.
3. de conhecer as lacunas que ainda se apresentarão, e que, conseqüentemente, poder-se-ão suprir em Arquivos Estrangeiros.¹¹³

Como entendemos que as lacunas são constitutivas de qualquer discurso, inclusive o historiográfico, parece-nos que seu objetivo de preencher as lacunas estaria de antemão fadado à inviabilidade. Assim, o esforço de pesquisa da autora de “conhecer as lacunas” e também de “preencher algumas lacunas”, como o de todos os do ofício, será sempre irrealizável. Apesar e por conta desse propósito trata-se de dissertação cujo objetivo de escrita da história política e administrativa do país, perfila-o à vocação primeira do Programa.

Em sua conclusão, Piazza apresenta, em linhas gerais, razões políticas para o agravamento das relações ibéricas, dentre elas, a política pombalina, voltada às fronteiras, especialmente do Brasil, bem como “à constante ameaça espanhola às

¹¹³ PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. **A invasão espanhola na ilha de Santa Catarina**. Brasília: UnB, 1978. Dissertação de Mestrado. P. 06.

fronteiras de seu território ultramarino".¹¹⁴ Após criteriosa revisão bibliográfica do assunto, bem como de pesquisa e análise de correspondências oficiais e outros documentos de arquivos, a autora conclui que

a Coroa Portuguesa estava consciente dos perigos que ameaçavam os espanhóis à Costa Brasileira, ao passo que a Inglaterra, sua aliada, não garantia qualquer ajuda na defesa da metrópole e recusava qualquer auxílio militar nas colônias, e, ainda, exigia o pagamento do apoio militar concedido em 1792 à metrópole. Advindos daí a preocupação do governo luso-brasileiro em proteger o litoral-sul, em especial a Ilha de Santa Catarina.¹¹⁵

Trata-se de dissertação construída consoante a tradição de história política institucional, baseada na descrição dos fatos e em suas articulações com o contexto geral, com ênfase na atuação dos governantes, do Estado, na dimensão institucional do poder. Nesse sentido, é possível afirmar que se trata de uma história política tradicional, considerando-se que sua narrativa encontra-se aprisionada à "visão centralizada e institucionalizada de poder".¹¹⁶

E o que seria essa história tradicional? Toda história não seria tradicional no sentido de se abrigar sob uma tradição, de se submeter às regras e procedimentos de alguma tradição historiográfica, para ser reconhecida, legitimada, aceita pelos pares? Nomeamos como história tradicional no sentido já consagrado na/pela comunidade de historiadores, menos problematizadora do que descritiva, menos estrutural do que acontecimental, menos social do que institucional. Martins, ao contrapor "história tradicional" e "história positivista", ressalta as diferenças entre as duas, ao reconhecer que:

Muitas vezes chama-se de positivista, sem mais nem menos, uma concepção da historiografia essencialmente narrativista, episódica (factual), descritiva, fruto de uma erudição bem à moda do séc. XIX. Na realidade, esse tipo de historiografia é o exemplo mais típico da

¹¹⁴ Idem. **Ibidem**. P. 184.

¹¹⁵ Idem. **Ibidem**. P. 187.

¹¹⁶ FALCON, Francisco. *História e poder*. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história**: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. P. 62.

“história tradicional”, mas não tem porque ser necessariamente confundido com a historiografia “positivista”. A historiografia positivista é a dos “fatos” estabelecidos mediante os documentos, indutivista, narrativa, por certo, mas também sujeita a um “método”. A escola que se costumava chamar de “positivista” pode ser também denominada – com mais propriedade – de “escola metódica”, já que sua preocupação número um é a de dispor de um método. Essa escola, que fundamentava o progresso da historiografia no trabalho metódico das fontes, sempre mostrou a mais ríspida aversão a qualquer “teoria” ou “filosofia”. Isso não diminui toda via em nada sua dependência imediata da concepção positivista da ciência. Essa a razão pela qual pode ser chamada de escola pragmático-documental ou metódico-documental.¹¹⁷

A dissertação de Piazza traz, assim, as marcas do tempo histórico de sua produção, em que predominavam duas tradições entrelaçadas, a de história positivista/metódica e a da história tradicional, daí as ênfases dadas à política, à visão institucionalizada do poder, aos fatos estabelecidos mediante os documentos, garantia de supostas neutralidade e objetividade. Sua obra localiza-se também em um contexto histórico, de restrições à liberdade de pensamento e de expressão, que incluía o cuidado na escolha dos autores considerados “suspeitos” ao regime militar porque identificados como representantes do pensamento da “esquerda”, perigosos à ordem. A própria concepção do PPGHIS, de se orientar por uma história político-administrativa, levando a cabo *“a promoção do estado à condição de 'objeto por excelência da produção histórica”*¹¹⁸, aponta-nos para as condições de produção cerceadoras desse tempo marcado e demarcado pela ditadura militar. Nesse sentido, a autora encontra-se assujeitada a esse tempo e à primeira concepção do Programa. Encontra-se assujeitada às suas regras e às relações de poder que o atravessam, localizada no campo historiográfico daquele contexto. Como bem avalia Malerba

¹¹⁷ MARTINS, Estevão de Rezende. *História*. In **Crítica**: revista de filosofia. Disponível em: http://criticanarede.com/fil_historia.html Acessado em 13 de maio de 2010.

¹¹⁸ FALCON, Francisco. **Op. Cit.** P. 63.

A ditadura militar teria beneficiado os empiristas, de modo que a concepção tradicional foi favorecida pelo clima autoritário e repressivo então dominante. Aliada do poder, guardiã da versão oficial e verdadeira da História da nação, essa historiografia tradicional e seus historiadores não poupavam intrigas e ataques contra instituições e historiadores favoráveis à crítica inovadora.¹¹⁹

Sob tais condições, é que ocorreram a criação e a implantação da maioria dos cursos de pós-graduação no País, não se encontrando o PPGHIS/UnB fora delas. Para corroborar tal assertiva, atente-se para a orientação dada pelos órgãos de fomento, e que já assinalamos, quanto à necessidade de se criar um programa cujo fim seria o de “*capacitar pessoal para atender às necessidades do país, cuja história político-administrativa ainda está por ser feita em quase toda totalidade*”.¹²⁰

As perspectivas e abordagens contempladas na dissertação de Maria Piazza, também são válidas para a dissertação de Raul Silva, *Influência política da Igreja Católica na Assembléia Nacional Constituinte de 1933/34*, defendida em 1978, que tinha por objetivo estudar

a influência da Igreja Católica na reconstitucionalização do Brasil, feita pela Assembléia Nacional Constituinte de 1933/34, a partir das fontes históricas disponíveis, particularmente dos Anais da Assembléia. O estudo focaliza a posição política da igreja Católica, manifestada na Assembléia e fora dela, diante das principais reivindicações que eram defendidas pelos católicos e que acabaram incluídas no texto constitucional, tais como a indissolubilidade do casamento, o ensino religioso e a assistência religiosa às forças armadas.¹²¹

Na leitura feita, observamos que o autor caminha, assim como Piazza, sob referências de uma história política tradicional, haja vista o uso de documentos escritos e oficiais para construir os fatos e autorizar sua narrativa, ancorada na

¹¹⁹ MALERBA, Jurandir. **Op. Cit.** 2002. P. 190.

¹²⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra. **Op. Cit.** P. 07.

¹²¹ SILVA, Raul. **Influência política da Igreja Católica na Assembléia Nacional Constituinte de 1933/34**. Brasília: UnB, 1978. Dissertação de Mestrado. P. 07.

descrição dos acontecimentos e na ênfase ao poder institucional. O encadeamento evolutivo dos fatos é visto como fundamental para o entendimento do tema, reduzido à influência política da igreja na reconstitucionalização do Brasil, com a formação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1933/34. Tal perspectiva é explicitada pelo autor, ao afirmar que

este trabalho procura colocar o problema no contexto histórico brasileiro, sem idéia de revisão histórica, mas tão somente com a intenção de focalizar o tema sob uma perspectiva de profundidade, objetividade e clareza.¹²²

Objetividade e clareza são pressupostos da “escola metódica”, tradição incorporada à da história política tradicional, centradas, ambas, na argumentação do rigor do método como exigência para a cientificidade da história, como condições para acessar a “verdade histórica”. Na dissertação de Silva, retomando Blanke, temos a função afirmativa, a afirmação da objetividade e clareza, como garantias de ausência da subjetividade e, sobretudo, de afirmação da neutralidade, como se a ausência de tomada de partido fosse possível. Tal neutralidade, em contexto marcado pela censura e tortura a presos políticos, principalmente aqueles identificados com o pensamento de “esquerda”, socialista e marxista, seria, assim, garantia de uma escrita da história comprometida com a “verdade histórica”, a ser revelada pelo historiador.

Tal como Piazza, também Silva escreve em seu tempo, com as condições de seu tempo. A história política tradicional compreende um dos padrões temáticos desse momento do PPGHIS. Isso não significa a não ocorrência de dissertações fora desse padrão, cujas orientações teóricas deslocam-se para outras áreas, perspectivas e domínios, embora ainda identificados em poucos trabalhos. Assim, por exemplo, a dissertação de Ledenice Damásio da Silva, *Os Processos de inserção e rejeição sócio-econômica do negro: uma contribuição para a história de Cantagalo, 1850-1930*, defendida em 1980. Nela, a inserção de um tema novo, fora da política - “*três núcleos rurais da antiga Cantagalo*” -, pesquisado e escrito a partir da análise sócio-econômica das condições de vida dessa comunidade.

¹²² Idem. **Ibidem**. P.07.

Também inovadora na produção desse primeiro momento do PPGHIS/UnB, a utilização de história oral como fonte, cotejada com as escritas, ainda significadas como mais críveis, mais confiáveis, mais importantes. Nas palavras da autora:

Os recursos metódicos utilizados para a execução deste estudo foram vários. Inclui-se entre eles o emprego da técnica de entrevistas gravadas que, muito embora não caracterize essencialmente esta dissertação, destaca-se contudo como o mais eficaz meio de acesso aos demais recursos utilizados; isto é, dados reunidos através das entrevistas determinaram com mais segurança os caminhos de pesquisa que deveriam ser seguidos como complementação às informações recebidas.¹²³

Além das fontes orais, também outra mudança introduzida foi a do sujeito/objeto da narrativa, com a protagonização da comunidade negra de Cantagalo. Pesquisas considerando os negros como objeto de estudo não existem nesse primeiro momento, sendo o de Ledenice a primeira da produção do PPGHIS/UnB. Essa autora também foge do padrão de história tradicional, ao dialogar com autores reconhecidos, àquele momento, como de “esquerda”, dentre eles, Jacob Gorender, Caio Prado Junior, Emilia Viotti da Costa e Engels. É o primeiro trabalho que foge dos quadros da história político-administrativa, predominante no Programa, tanto pelo tema como pelas fontes e orientações teóricas. Como a autora mesmo ressalta,

procurou-se desenvolver um estudo voltado para aqueles que necessitados de informações sobre seu passado, procuram entender porque a sociedade em que vivem persiste em manter o seu tradicional procedimento em rejeitá-los.¹²⁴

Nessa dissertação, observa-se a posição política da autora alinhada com o esforço revisionista da historiografia brasileira em relação à participação dos

¹²³ SILVA, Ledenice Damásio da. **Os processos de inserção e rejeição sócio-econômica do negro**: uma contribuição para a história de Cantagalo, 1850-1930. Brasília: UnB, 1980. Dissertação de Mestrado. P. 06.

¹²⁴ Idem. **Ibidem**. P. 130.

excluídos da história, dentre, estes, os negros. É um deslocamento precursor, da “história vista de cima” para a “história vista de baixo”, na trilha aberta por E. P. Thompson. Segundo a autora,

sabe-se que a historiografia brasileira vem apresentando uma crescente quantidade de estudos sobre a participação do negro na história deste país, sabe-se também que a grande maioria deles ainda se desenvolvem através de uma “imensa vidraça” construída pelos próprios historiadores que não ousam rompê-la porque ainda se acham comprometidos com aqueles acontecimentos considerados de cúpula e por isso mesmo reconhecidos como sendo “os únicos dignos de serem historicamente realçados”. Tal situação explica portanto o quanto a nossa historiografia se apresenta como lacunar e genérica com respeito aos estudos dos grupos minoritários que compõem a sociedade brasileira, favorecendo desta forma a ignorância quanto ao conhecimento e divulgação do passado desses elementos, o que constitui ainda mais para acelerar o seu enfraquecimento.¹²⁵

Deslocamento, também, da história político-administrativa para a história social e/ou de sociedade na tradição iniciada pelos modernos historiadores sociais brasileiros, dentre eles, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Alice Canabrava, Emilia Viotti e Maria Odila Leite da Silva Dias, todos eles preocupados em apreender, na riqueza dos detalhes ou na dimensão estrutural, a complexidade do social. Orientação, essa, que será mais efetivamente escolhida nos trabalhos do segundo momento do programa, no período de 1994-2003.

Ainda inscritos na fase primeira do Programa e também destoando do padrão discursivo da história política tradicional, a dissertação de Maria Helena Pinheiro Monteiro, *A classe operária vai ao parlamento? A constituinte de 1933-34*, defendida em 1983. Trata-se de trabalho que aborda, sob diferente perspectiva, a atuação política da classe operária. Mantém-se dentro do tema da política, mas enfoca justamente a classe operária, cuja participação no espaço da política e do

¹²⁵ Idem. *Ibidem*. P. 129-130.

parlamento tinha sido até então praticamente desconsiderada pela historiografia. Segundo a autora,

o objeto do nosso estudo é a participação da representação classista na Assembléia Nacional Constituinte de 1933-34. Motivou-nos para a realização deste trabalho a necessidade de compreensão da natureza do relacionamento estabelecido entre um movimento operário, histórica e ideologicamente originário da dialética da luta de classes, com o regime corporativista instalado no país a partir de 1930.¹²⁶

Classe operária é destacada como objeto de estudo, assim como a perspectiva dialética para sua abordagem. No estudo feito, o esforço em buscar orientações teóricas outras para se proceder à leitura das experiências operárias do passado e para se escrever sua história. Trata-se, portanto, de abordagem que investe na mudança quanto aos rumos da historiografia e, nesse sentido, localiza-se no caminho historiográfico que Blanke chamou de função crítica. Trata-se de trabalho posicionado, comprometido com a mudança, orientado pela preocupação em fazer a crítica do social, em romper com a tradição de história política tradicional.

Como nesse trabalho de Monteiro, de 1983, percebemos também outros abrigados nas orientações mais ou menos marxistas, acompanhando o movimento político de “abertura lenta e gradual” do regime militar, que se encerra em 1984. Assim, por exemplo, a dissertação de Diva do Couto Gontijo Muniz, *As salvasções nacionais: o caso do Ceará (1912-1914)*, defendida em 1984. Trata-se de trabalho que se encontra dentro de tradição da história política, mas desatrelado da lógica acontecimental, evolucionista e descritiva. Pelo contrário, a autora procura articular estruturas políticas, econômicas e sociais com as conjunturas e com os acontecimentos políticos de 1912-1914.

Nessa articulação – estruturas/conjunturas/acontecimentos -, o alinhamento a uma tradição já firmada na historiografia produzida nos programas do eixo São Paulo/Rio de Janeiro e que seria introduzida nos estudos do PPGHIS/UnB: a dos *Annales*, particularmente sua 1ª e 2ª gerações. Os compromissos com o objetivo de

¹²⁶ MONTEIRO, Maria Helena Pinheiro. **A classe operária vai ao Parlamento?** A constituinte de 1933-34. Brasília: UnB, 1983. Dissertação de Mestrado. P. 07.

uma história totalizante, que desse conta da totalidade do social, e com a verdade histórica, explicitam-se nas palavras da autora:

Desnecessário se torna dizer que procuramos manter, tanto nos foi possível, uma postura crítica diante das fontes. Buscamos aí a verdade histórica, analisando com cautela tanto o formalismo da linguagem oficial quanto a combatividade dos pronunciamentos da oposição, lendo nas entrelinhas, procurando deduções, sem esquecer, entretanto, de considerar a historiografia existente.¹²⁷

Interessante notar como a autora percorre o caminho da história crítica, na sua “postura crítica diante das fontes”, em busca da “verdade histórica”. A verdade já estaria de antemão anunciada pela orientação teórica escolhida, a do materialismo dialético: o que faz a história é o conflito de interesses de classes, é a luta de classes. Também, é visível no estudo a articulação eclética entre duas tradições historiográficas: a marxista e a dos Annales, explicitada nos diálogos estabelecidos com autores como Marx, Poulantzas, Marc Bloch, Braudel, Althusser, Gramsci e Caio Prado Junior.

Tal articulação revela-se também no modo como a autora considera as fontes. Vistas como cautela, pois percebidas não mais como “provas do que realmente aconteceu”, como reflexos do real, mas como construções/versões históricas e culturais atravessadas de sentidos. Como estudo que enfoca a dimensão política, encontra-se dentro do padrão do primeiro momento do PPGHIS/UnB, mas também fora dele pela abordagem estrutural, dialética, do tema proposto. Segundo Martins, o método de análise marxista

de todo o processo histórico tem como eixo a dialética. Não é porém simples explicar o que se quer dizer com dialético, para além da idéia das contradições inerentes a toda realidade — tese e antítese — e sua superação em nova síntese. Para o marxismo, essas contradições não se produzem, como queria Hegel, em um movimento de idéias, mas sim nas condições materiais básicas. As “relações de produção” são a categoria absolutamente distintiva de

¹²⁷ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **As Salvações nacionais: o caso do Ceará (1912-1914)**. Brasília: UnB, 1984. Dissertação de Mestrado. P. 06.

cada estágio histórico. Tal relações de produção são um reflexo do estado da "forças produtivas", mas aquelas não estão necessariamente sujeitas a estas, de forma que em determinadas conjunturas históricas ambos elementos entram em contradição produzindo um conflito básico que dá lugar à mudança histórica. Os estágios históricos determinados pela natureza das forças e relações de produção existentes são pensados pelo marxismo como "modos de produção", que são tanto uma construção categorial e um modelo metodológico como, em termos reais, um estágio histórico. No plano das realidades históricas concretas, todavia, os modos de produção não se apresentam nunca da maneira que o modelo parece estabelecer, mas com peculiaridades que obrigam a introduzir o conceito de "formação social" específica.¹²⁸

Mais ou menos alinhados com as orientações marxistas encontram-se trabalhos como os de Monteiro e Muniz e de vários outros ainda no primeiro momento do Programa. Tal diversidade delineia outro padrão discursivo, marcado pela heterogeneidade temática e teórica, de fontes e de problemas, que exigiu e resultou a primeira reestruturação do Programa. Embora praticamente abandonada nos trabalhos produzidos na segunda metade da década de 1990, a história política tradicional não desapareceu de todo da produção do PPGHIS/UnB. Um pouco defasada em relação à do percurso da historiografia brasileira, a produção do primeiro momento do PPGHIS/UnB (1976-1994) apresenta dois padrões discursivos, o da história política tradicional e a da história social e política, sob orientações das tradições marxistas e também dos Annales. Segundo Martins, no que concerne à historiografia brasileira, em geral,

a partir dos anos setenta, do século XX, as teorias sobre a historiografia atingem um ponto de não retorno, sobre tudo o que se havia dito, escrito ou especulado, durante os últimos três quartéis, desde logo sublinhando o abandono das teses e posições marxistas

¹²⁸ MARTINS, Estevão de Rezende. *História*. In **Crítica**: revista de filosofia. Disponível em: http://criticanarede.com/fil_historia.html Acessado em 13 de maio de 2010.

da história e avançando com uma nova tendência, profundamente marcante e inovadora, no que vai destas três últimas décadas.¹²⁹

O abandono das orientações teóricas marxistas merece ser relativizado, já que não ocorreu de modo pleno na historiografia brasileira do período. Todavia, trata-se de movimento iniciado nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil, a partir dos anos 1970, e principalmente nos anos 1980, acompanhando o deslocamento historiográfico dos *Annales* com sua proposta de novos objetos, novos problemas e novas abordagens e também o movimento de revisão do marxismo inspirado na historiografia social inglesa, particularmente nas reflexões de E. P. Thompson e C. Hill, dentre outros. Significativamente, trata-se também de contexto de redemocratização do país, com a política de abertura política iniciada no governo Figueiredo, com liberação da censura e de entrada de autores de diversas matizes ideológicas.

Com efeito, além do movimento de mudança ocorrido na disciplina história, ocorre, com o fim da ditadura no Brasil, e também com a criação e expansão dos programas de pós-graduação, uma maior abertura para obras e autores estrangeiros, com crescente interesse de editoras na tradução e publicação de obras. Os locais por excelência para a introdução das mudanças ocorridas no campo da história, com a ampliação de temas/objetos/fontes/abordagens e também com as releituras ocorridas nos quadros do marxismo, são justamente aqueles espaços institucionais. Não só novos autores, assim como, também novos objetos, fontes, problemas e perspectivas de análise respondem pela pluralização ocorrida no campo, explicitada na heterogeneidade temática e metodológica das teses e dissertações do PPGHIS/UnB, em seu segundo momento.

Essa mudança já se anunciava em alguns trabalhos do primeiro momento, como é o caso da dissertação de Norma Mamede Hernandez, *Volantes e cangaceiros no sertão das Alagoas: estudo da repressão ao cangaço durante o Estado Novo*, defendida em 1989. Esta dissertação acena para a pluralização que será evidenciada, predominantemente, na produção do segundo momento do PPGHIS/UnB. Segundo a autora, um dos motivos para a pesquisa decorreu

¹²⁹ MARTINS, Estevão de Rezende. *História*. In **Crítica**: revista de filosofia. Disponível em: http://criticanarede.com/fil_historia.html Acessado em 13 de maio de 2010.

da constatação de que os estudos realizados quase só dizem respeito ao banditismo, analisando as causas de seu surgimento, desenvolvimento e extinção. Há razoável produção sobre o cangaço, mas ainda não se havia estudado com profundidade a repressão sobre ele desencadeada durante o Estado Novo. As forças Volantes nordestinas, em especial a alagoana, são, em consequência, mencionadas em poucos livros escritos por ex-participantes e em esparsas referências encontradas sobre aquele movimento.¹³⁰

No trabalho realizado, o esforço em romper com os silenciamentos historiográficos acerca de que alguns atores históricos, haja vista o enfoque dado aos opositores, isto é, ao governo e principalmente à polícia, um dos aparatos repressores do Estado. A autora buscou dar visibilidade a outra face do cangaço, praticamente desconsiderada nos estudos sobre o tema. Nesse movimento, ela realimenta outro tipo de memória sobre o cangaço, a da força repressora do Estado Novo. Permanece a linha política e institucional, relacionada, porém, à dimensão da violência, enquanto manifestação social, cultural e política.

Alguns outros sinais dos redirecionamentos imprimidos às práticas de pesquisa e de escrita da história no PPGHIS/UnB também são encontrados na dissertação de Georgete Medleg Rodrigues, *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*, defendida em 1990. Na análise feita, seu alinhamento com a tradição francesa dos Annales, com a geração dos novisionistas, particularmente a adoção do conceito de imaginário social e o enveredamento para a cultura, para as práticas e representações sociais.

Como Rodrigues explicita, sua preocupação inicial “*era somente com a propaganda de Brasília. Ela surgiu a partir de algumas pistas que nos levaram a concluir que, de fato, houve uma grande propaganda sobre a transferência da capital*”.¹³¹ Ao realizar a pesquisa em arquivos, a autora encontra registros que lhe permitiram identificar novos protagonistas no cenário da construção de Brasília: os missivistas. Essa “descoberta” lhe impôs o desafio de repensar o tempo histórico e

¹³⁰ HERNANDES, Norma Mamede. **Volantes e cangaceiros no sertão das Alagoas: estudo da repressão ao cangaço durante o Estado Novo**. Brasília: UnB, 1989. Dissertação de Mestrado. P. 13.

¹³¹ RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. Brasília: UnB, 1990. Dissertação de Mestrado. P. 12.

atentar para suas múltiplas temporalidades, consoante as reflexões dos novistoristas. Segundo a autora,

ao mesmo tempo que os discursos oficiais, ou de seus simpatizantes, anunciavam a mudança de mentalidade do país, e o rompimento com um passado “atrasado”, eis que essas cartas vinham lembrar a permanência do “antigo”. Uma ideologia, a do desenvolvimento, anunciava a mudança radical de mentalidade, cujo símbolo máximo era Brasília, com sua arquitetura diferente, moderna. Enquanto isso, as forças sociais, estavam lá, se movimentando numa tradição supostamente negada.¹³²

O objeto de estudo considerado não exclui, porém, a perspectiva política que preside sua leitura da propaganda e do imaginário social na construção de Brasília. Sob a forma da cultura política, a autora analisa a construção de Brasília, significada por ela como “*mais um gesto autoritário, entre tantos que povoam a cena política brasileira*”.¹³³ Há que ressaltar, ainda, que a abordagem dada ao tema introduz enfoques e conceitos até então desconsiderados na produção, dentre eles, imaginário, representação e circularidade cultural. Como a autora ressalta, “*ao mesmo tempo que os discursos das cartas reproduzem conceitos e concepções oriundas da classe dominante, eles recriam esses conceitos a partir do seu universo cultural e de forma a que eles atendam aos seus interesses*”.¹³⁴ São visíveis, no trabalho, a ênfase dada aos textos e à linguagem, o enveredamento para o campo da história cultural, os diálogos com outros autores e outros campos disciplinares, como a Antropologia e Teoria Literária.

As orientações teóricas e metodológicas inscrevem o trabalho de Rodrigues na tradição novisionista, com sua ênfase nos textos e na linguagem e, por conta disso, na dimensão imaginária e representacional do social. Não por acaso, sua dissertação é a primeira a utilizar os quadros da Análise do Discurso para analisar suas fontes. Também foi a primeira a utilizar o audiovisual como fonte primária em sua pesquisa. Maingueneau, Marcel Martin, Pierre Bourdieu, Cornelius Castoriadis,

¹³² Idem. **Ibidem**. P. 13.

¹³³ Idem. **Ibidem**. P. 12.

¹³⁴ Idem. **Ibidem**. P. 228.

Ginzburg e Veyne são autores priorizados para a construção do objeto de estudo. Embora integrada, cronologicamente no primeiro momento do PPGHIS/UnB, sua dissertação localiza-se no tempo social e cultural de seu segundo momento.

É justamente no último quartel do século XX, momento de maior visibilidade das mudanças ocorridas na disciplina história e na historiografia brasileira, que outra possibilidade de escrever história aflora. Segundo Martins,

mudanças econômicas e políticas, mas igualmente mudanças do padrão metódico do conhecimento científico do homem e de seu agir. A evolução das ciências sociais inclui a historiografia que se formou entre os três grandes paradigmas do século: a dispersão algo narcisista dos *Annales* e de seus seguidores, o escolasticismo dogmático do marxismo (influyente nas ciências sociais em geral) e o controvertido quantitativismo (também presente em outras ciências sociais). Formaram-se assim os descontentamentos com o que a historiografia vinha produzindo, de que é exemplo o intenso e algo disparatado debate sobre o pós-modernismo.¹³⁵

Descontentamentos e, sobretudo, recusa em aceitar modelos fechados e reducionistas de análise, incapazes, portanto, de contemplar, com riqueza, as possibilidades contidas na complexidade do social, respondem pelas escolhas de outros modos de se pensar e de se escrever a história. Os desafios de incluir os excluídos da história, de pensar a diferença, de atentar para a dimensão imaginária igualmente instituinte do social, de perceber o mundo como representação, de repensar o estatuto ontológico da verdade, de incorporar as críticas ao estatuto de inteligibilidade da história, respondem pelo movimento de pluralização ocorrido na historiografia em geral e na historiografia brasileira em particular. A produção acadêmica do PPGHIS/UnB, de seus segundo e terceiro momentos, encontra-se sintonizados com tais desafios e com as escolhas feitas quanto às práticas de pesquisa e de escrita da história. Nessa concepção de história vista como campo de múltiplas possibilidades, que marca a produção de 1994 a 2006, a configuração do desenho, do traço de heterogeneidade que a marca e a identifica.

¹³⁵ MARTINS, Estevão de Rezende. *História*. In **Crítica**: revista de filosofia. Disponível em: http://criticanarede.com/fil_historia.html Acessado em 13 de maio de 2010.

Trata-se de heterogeneidade que foi vista por muitos, por conta sobretudo do desassossego ante a quebra de certezas com o “*enterro das teorias sociais globais*”¹³⁶, como fragmentação, estilhaçamento e inorganicidade e não como possibilidade de ampliação, de pluralização, de diversificação e dinamicidade. Ela se evidencia nas escolhas temáticas, teóricas, de objetos, agentes, perspectivas e métodos de abordagem adotados pelos autores/as das dissertações e teses dos dois momentos do programa. Assim, é possível identificar nos trabalhos abrigados sob a LP História, Discurso, Imaginário e Cotidiano e também na AC História Cultural, um padrão discursivo cujas marcas são a leitura do mundo como representação, o diálogo multidisciplinar, a prioridade dada ao estudo das “identidades enquanto expressões culturais historicamente construídas”.¹³⁷ Cidades, festas, sociabilidades, memória, música, mídia, religiosidades, nacionalidades, escolas, cotidiano, sensibilidades e imagens compõem a pluralidade dos temas/objetos e/ou recortes considerados nos trabalhos dos dois últimos momentos do programa, configurando um de seus padrões discursivos.

Tal pluralidade é igualmente localizada nos trabalhos da LP História Social e das Idéias e da AC História Social, produzidos também nos segundo e terceiro momentos do programa. Nesse múltiplo, a emergência do uno que também caracteriza e identifica a produção do período, marcada pelo predomínio das análises centradas na historicização das experiências históricas, percebidas como expressões da ação e do pensamento, ou indissociadamente. Uma historicização operada mediante o exercício de reconstituição de redes de relações, formais e informais, das práticas intelectuais, políticas institucionais da vida social, das vivências cotidianas, dos movimentos sociais, políticos e religiosos, dos comportamentos sociais e culturais. Tais interesses respondem também pelo desenho de outro padrão discursivo do PPGHIS/UnB, localizado nos estudos abrigados nas orientações da nova história social.

Tributários dos quadros nocionais da história social e da história cultural e principalmente do aporte teórico produzido pelos feminismos, encontram-se estudos elaborados sobre as mulheres e sobre o masculino e o feminino, ou seja, sobre

¹³⁶ FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90*. In GUAZELLI, C. A. B. et AL (orgs). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. P. 28.

¹³⁷ Folder de divulgação para seleção mestrado e doutorado PPGHIS/UnB, 2003.

gênero, localizado nos dois últimos momentos do Programa e abrigados na LP História, Discurso, Imaginário e Cotidiano e sobretudo na AC Estudos Feministas e de Gênero. Como o próprio nome indica, são trabalhos cujo traço comum é o de considerar as mulheres como sujeito/objeto da narrativa histórica cujo propósito é o de conferir-lhes visibilidade historiográfica, de romper com o silêncio historiográfico. Além disso, também o propósito em denunciar e expor os processos sexuados em ação na estruturação do social e do conhecimento, como esforço crítico e como exigência colocada ao projeto de transformação das relações entre mulheres e homens, entre as pessoas.

São trabalhos que nos permitem identificar, na produção do programa, um padrão discursivo distinto dos demais, principalmente pelo ineditismo de sua proposta e pela homogeneidade temática e de objeto de estudo. São estudos elaborados à luz do pensamento da diferença, sob enfoque interdisciplinar, comprometidos como desfaio de desnaturalização de construtos arraigados na historiografia e na memória social. Enfim, uma forma de pesquisa e de escrita da história, pensada como possibilidade e não como exatidão.

Ainda na pluralização que caracteriza a historiografia do segundo e terceiro momentos do programa, a permanência da história política, enfocada sob a forma tradicional e também sob a forma renovada, isto é, com a incorporação do conceito de cultura política e os desdobramentos que a utilização do conceito possibilita e exige. Como já assinalado, as dissertações e teses abrigadas nas áreas de concentração História das Relações Exteriores do Brasil / História das Relações Internacionais mantêm seu nexos de alinhamento com as orientações teóricas, objetos e métodos da história política, na sua forma tradicional, bem como alargada, com maiores aproximações com a história cultural e social.

A abordagem tradicional revela-se, por exemplo, na dissertação de Paulo Roberto Palm, *A abertura do Rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro*, defendida em 1984. Nesta, o autor procurou realizar uma síntese, “com o intuito de produzir uma visão abrangente do encaminhamento da questão pelos órgãos executores da política externa brasileira e de outros países interessados.”¹³⁸ Também sob tal abordagem, identificamos a dissertação de Manoel Martins Pereira, *Políticas migratórias entre o Brasil e o Japão: do subsídio (1926) ao*

¹³⁸ PALM, Roberto. **A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro**. Brasília: UnB, 1984. Dissertação de Mestrado. P. 07.

sistema de quotas (1934), defendida em 1988; ou, ainda, a de Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*, defendida em 1989, cuja temática e abordagem são mantidas na tese *As relações entre o Brasil e o Paraguai (1889-1930)*, defendida em 1997, no segundo momento do PPGHIS/UnB.

A emergência do novo, novos interesses, novas problematizações, e novas possibilidades de leitura do social marca a configuração desse segundo momento do PPGHIS/UnB. Como já foi ressaltado, era preciso pensar e definir outras formas de escrita da história de modo a responder às novas, complexas e diversas questões colocadas ao campo historiográfico, à sociedade e aos historiadores, naquele momento. Assim, é possível afirmar que a pesquisa histórica desloca-se das orientações totalizantes, dos modelos explicativos centrados na síntese das múltiplas determinações e consideram, a diversidade, instabilidade, fluidez e relatividade das experiências sociais e históricas. Segundo Iggers, é possível destacar cinco tendências ou referências na historiografia dos anos 1990, sendo elas:

- 1) o duradouro giro lingüístico e cultural, que criou a assim chamada “nova história cultural”; 2) a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero; 3) a guinada rumo à história universal e a permanência de nacionalismos; 4) uma nova articulação entre pesquisa histórica e ciência social feita à luz da crítica pós-moderna; 5) as ciências sociais e a história da globalização.¹³⁹

Se Iggers identifica tais tendências e movimentos no percurso da historiografia européia ocidental, não nos parece improcedente afirmar que o da historiografia brasileira também aproxima-se daquele, principalmente a produção localizada no eixo SP/RJ, lugar de sujeito na produção de conhecimento histórico do país. Com algum atraso, esses deslocamentos ocorreram na historiografia brasileira, como é o caso, por exemplo, a história das mulheres e dos estudos do gênero, que se emergem no Brasil nos anos 1980, apenas nos anos 1990 começam a ganhar

¹³⁹ IGGERS, Goerge. *Desafios do século XXI à historiografia*. In **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 04, março de 2010. P. 108.

visibilidade. O PPGHIS/UnB foi o primeiro programa a criar uma área de concentração em torno das mulheres e gênero, em 2004. Segundo Iggers,

Desde os anos 1980, não somente as temáticas sobre as mulheres e gênero adquiriram crescente importância na historiografia, mas também as sobre raça, etnia e pertencimento de classe. O interesse por mulheres, pelas temáticas de gênero e pela sexualidade aumentou significativamente, nos anos 1990, na Europa ocidental, na América Latina, na Índia, no Oeste asiático e no Oriente Médio.¹⁴⁰

No PPGHIS/UnB, trata-se de aumento evidenciado em números: entre os anos de 1993 (quando ocorre a primeira reestruturação) e 2006 (ano limítrofe desta pesquisa), foram defendidas 28 dissertações e teses em que as mulheres ou as relações de gênero compreendem o foco central. Desta forma, há uma média de produção de duas dissertações e/ou teses sobre esses objetos de estudo no Programa. A dissertação de Joelma Rodrigues da Silva, *Mulher: “pedra preciosa”: prostituição e relações de gênero em Brasília (1957-1961)*, defendida em 1995, foi uma dos primeiros estudos sobre as mulheres, abrigada na LP História: Discurso, Imaginário e Cotidiano. Sob tais perspectivas e recortes, a autora construiu seu objeto de estudo que foi a *“prostituição e as relações de gênero durante a construção de Brasília e no ano imediatamente posterior à inauguração da cidade”*.¹⁴¹

Ao pensar as funções da historiografia consoante Blanke, não há como não assinalar que este trabalho, assim como outros 27 sobre as mulheres e as relações de gênero, compreendem uma produção que não segue uma função afirmativa, mas sim crítica, pois têm em vista questionar os termos da disciplina histórica, desnaturalizar os construtos históricos e criar um aporte teórico capaz de traduzir os modos próprios das mulheres, de pensar o mundo e de representá-lo.

Trata-se de orientação teórica que não descarta a política. Pelo contrário, ela está presente nos trabalhos, concebida em sua acepção mais ampla, no sentido foucaultiniano do termo, como poder, como algo que circula, que atravessa o tecido

¹⁴⁰ Idem. *Ibidem*. P. 108.

¹⁴¹ SILVA, Joelma Rodrigues da. **Mulher: “pedra preciosa”**: prostituição e relações de gênero em Brasília (1957-1961). Brasília: UnB, 1995. Dissertação de Mestrado. P. 07.

social, as relações micro-físicas cotidianas. Também a dimensão tradicional da política, localizada no aparato do Estado é considerada, tal como referido estudo de Joelma Rodrigues, em que ele discute as práticas discursivas emanadas do Estado sobre prostituição. Segundo esta autora, “*o mesmo Estado que proporcionou a instalação das empreiteiras, proporcionou a instalação de prostíbulos: tudo ocorria como se fora mais uma aquisição de material ou serviço*”.¹⁴²

Enquanto o trabalho de Joelma encontra-se abrigado nas orientações da história cultural, existem outros mais ou menos alinhados com as reflexões, perspectivas, problematizações e abordagens da história social. Também aí nesse outro direcionamento, a consonância com as reflexões de Iggers, quando este destaca que os anos 1990 vivenciaram uma ampliação da história social, na qual as temáticas das mulheres e do gênero adquiriram maior visibilidade. Essa tendência pode ser evidenciada em seus dois últimos momentos. O interesse pela temática das mulheres e do gênero, observado em 1980 e visualizado nas décadas de 1990 traduz-se em trabalhos orientados também à luz da orientação marxista. Segundo Iggers, a história das mulheres

se distancia da teoria marxista da história apesar de seguir parcialmente, mesmo que na maioria das vezes não o admita, a ideologia marxista. O determinismo econômico da teoria marxista é criticado – ainda que somente de maneira parcial. A historiografia feminista persegue quase sempre objetivos políticos.¹⁴³

São orientações presentes, não apenas na dissertação de Joelma Rodrigues, como também na de Aldenira Maria Piedade de Faria, *A construção do gênero nos discursos do partido comunista do Brasil e da ação integralista brasileira (1935-1979)*, defendida em 1995, produzida sob os quadros nacionais da história cultural e da análise do discurso. Já o trabalho de Salette Favin Pinheiro, *Por uma história das trabalhadoras rurais sindicalistas no Rio Grande do Sul (1980-1997)*, defendido em 1999, prioriza uma abordagem das mulheres trabalhadoras dentro dos quadros da história social.

¹⁴² Idem. **Ibidem.** P. 243.

¹⁴³ IGGERS, George. **Op. Cit.** P. 111.

Faria realiza um trabalho de análise dos discursos parlamentares, confrontando Integralistas e Comunistas, enfocando as representações misóginas difundidas pelos dois discursos, haja vista que *“atravessam as barreiras classe/ideologia e mostram fundamentos que se encontram no domínio da paráfrase, do mesmo”*.¹⁴⁴ Neste sentido, *“o objetivo, portanto, é identificar as imagens produzidas pelos discursos integralista e comunista, apresentando como resultado um quadro de homologias, de contato de sentidos, de construção de poderes em formulações contraditórias.”*¹⁴⁵

Trata-se de estudo que utiliza o conceito de política na perspectiva defendida por Foucault, isto é, política vista como relações de poder, como disputas de inclusão e exclusão, de silenciamento de sujeitos, submetidos a regras que lhes impedem, apesar de não perceberem, de serem originais.¹⁴⁶ Não por acaso, para autora, a *“condição de poder”* do sujeito histórico *“está intimamente ligada à sua condição de existência.”*¹⁴⁷

Se Faria trabalha com a idéia de descentramento do sujeito, direção contrária é a que escolhe Pinheiro, ao focar a posição de sujeito das trabalhadoras rurais, concepção cara à história social. Daí o objetivo dado ao seu trabalho de buscar *“reconstituir a história das trabalhadoras rurais sindicalistas no Rio Grande do Sul.”*¹⁴⁸ Neste trabalho, a marca comum da temática das mulheres, sob orientação teórica diversa da escolhida por Faria, não obstante suas aproximações, pois a autora visa compreender como as *“trabalhadoras rurais sindicalistas percebem a si mesmas, ou seja, suas auto-representações”*.¹⁴⁹

É visível o trânsito pela história social e cultural pois a autora também considera a dimensão da cultura das representações sociais. A política encontra-se presente nos dois trabalhos, considerando-se que para Salete Pinheiro, também a pesquisa

¹⁴⁴ FARIA, Aldenira Maria Piedade de. **A construção do gênero nos discursos do partido comunista do Brasil e da ação integralista brasileira (1935-1979)**. Brasília: UnB, 1995. Dissertação de Mestrado. P. 08.

¹⁴⁵ Idem. **Ibidem**. P. 08.

¹⁴⁶ Idem. **Ibidem**. P. 13.

¹⁴⁷ Idem. **Ibidem**. P. 20.

¹⁴⁸ PINHEIRO, Salete Favin. **Por uma história das trabalhadoras rurais sindicalistas no Rio Grande do Sul (1980-1997)**. Brasília: UnB, 1999. Dissertação de Mestrado. P. 06.

¹⁴⁹ Idem. **Ibidem**. P. 09.

apontou que em questões ligadas à política agrícola e à previdência social os sindicalistas não ultrapassam os limites impostos pelo Estado. No entanto, algumas trabalhadoras rurais que têm cargos de diretoria em sindicatos vêm conduzindo-os a ultrapassar os limites impostos pelo Estado gaúcho, no que diz respeito à igualdade de gênero.¹⁵⁰

Não nos parece impeciente afirmar que as dissertações da referida área de estudos não estão desatraladas da vocação primeira do Programa, ou seja, da história política, embora não no sentido tradicional. Assim, por exemplo, as dissertações de Luiza Helena Santos Franco, *Mulheres, operárias e anarquistas: presenças que trazem diferenças aos discursos libertários*, defendida em 2002; na de Daiana Castilho Dias, *Um outro lado da guerra colonial: história de mulheres que participaram da luta pela libertação de Angola (1961-1975)*, defendida em 2002; de Vera Lúcia Caixeta, *Parteiras em Minas Gerais no século XIX: poderes e saberes compartilhados (1832-1850)*, defendida em 2003; de Sandra Nui Asano, *Vigiai e orai: as mulheres no projeto de romanização do catolicismo (Diamantina/MG – 1866-1900)*, defendida em 2003. É possível encontrar tal dimensão, também, nas teses da área, dentre elas, a de Eleonora Zicari Costa de Brito, *O corpo, sexualidade e gênero: a construção do desvio na justiça de menores: Brasília 1960-1990*, defendida em 2001; de Selma Regina Nunes Oliveira, *Mulher ao quadrado – representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias (1895-1990)*, defendida em 2001; de Joelma Rodrigues da Silva, *Amorçadas e ruidosas (um estudo sobre o estupro, assassinato e santidade de meninas no Brasil – 1973-1996)*, defendida em 2002; de Maria Rita Leal, *Mulher para toda obra – a representação social do trabalho feminino na mídia dos anos 90*, defendida em 2004. Todos esses estudos centrados nas mulheres e nas relações de gênero enfocam a política, pois partem de uma questão comum, o da política de silenciamento sobre a presença das mulheres na historiografia e de uso da diferença para instaurar desigualdades, questões e problematizações que passam incontornavelmente pela política, pelo exercício do poder.

A relevância dos trabalhos sobre mulheres e gênero evidencia-se na 2ª reestruturação do Programa, quando há o retorno para a organização em áreas de

¹⁵⁰ Idem. *Ibidem*. P. 87.

concentração (como visto no capítulo anterior) e se dá a criação da área de Estudos Feministas e de Gênero. Sob o enfoque interdisciplinar e do aporte da epistemologia feminista, as dissertações e teses da área contemplam uma leitura feminista da história. Dentre estas, a dissertação de Thiago Fernando Sant'Anna e Silva, *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*, defendida em 2005; de Paloma Pinheiros Sanches, *A Mensageira de vozes que ecoam até o presente: lugares de fala de/para mulheres em fins do século XIX*, defendida 2005; ou ainda a de Maria Aparecida de Oliveira Souza, *As mulheres, a comunidade de Conceição e suas lutas: histórias escritas no feminino*, defendida em 2006.

As primeiras teses defendidas após a segunda reestruturação do programa, embora inscritas na LP História: discurso, imaginário e cotidiano, foram elaboradas sob orientação daquela área de concentração. Dentre elas, a de Gilma Maria dos Rios, *Mulheres modernas, mulheres perigosas: gênero, corpo e comportamentos sociais em Araguari/MG (1940-1960)*, defendida em 2005; a de Liliane Maria Macedo Machado, *E a mídia criou a mulher: como a TV e o cinema constroem sistema de sexo/gênero*, defendida em 2006; e a de Maria Elizabeth Carneiro, *Procura-se "preta com muito bom leite, prendada e carinhosa": uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888)*, também defendida em 2006.

Estes trabalhos, em razão de sua perspectiva interdisciplinar e feminista de escrita da história, encontram-se atravessadas pela dimensão do poder e da política, percebida não em sua dimensão institucional, mas na de rede de relações entre saberes e poderes.

Como exposto, buscamos identificar na topografia de interesses que conforma a produção acadêmica do PPGHIS/UnB, alguns de seus padrões temáticos e discursivos. Trata-se de resposta ao desafio colocado aos do ofício, de historicizar a história daquele programa. O que ficou evidenciado na pesquisa realizada são as marcas da pluralidade na historiografia, expressa na heterogeneidade de seus temas, objetos, orientações teóricas e metodológicas, bem como a presença da história política e a incorporação pioneira da temática das mulheres e dos estudos de gênero.

Considerações Finais

O esforço em conhecer a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da UnB possibilitou-nos conhecer um pouco da história de sua história, e ainda identificar, nessa, uma topografia de interesses, em que se desenham alguns padrões temáticos e discursivos. A reflexão sobre as relações entre história e historiografia e poder foi orientação importante para a realização da pesquisa e para a construção do objeto de estudo.

O trabalho resultante compreende o esforço de mapeamento e de crítica a produção do Programa e indica que toda produção histórica encontra-se marcada pelas suas condições de produção, pelo lugar social de fala, pelo espaço institucional. Tal afirmação é cara, haja vista a vocação primeira do Programa – a história político-administrativa – percebida no levantamento quantitativo e também na análise do contexto histórico de criação e localização do programa. Além disso, também o predomínio, não apenas nos estudos sob domínios da história política, do recorte da história do Brasil. O fato de se tratar de um programa da Universidade de Brasília, instalado em Brasília, responde, por certo, por estas duas marcas, ressonâncias dessa política de localização institucional.

Priorizamos, nas discussões feitas, as reflexões acerca das relações entre história e historiografia de Durval Muniz Albuquerque Junior e Jurandir Malerba. Embora entre outros tenham leituras distintas acerca da história, dos modos de pensar e de se escrever história, ambos se aproximam quando ressaltam a importância da crítica historiográfica. Ambos partilham que a análise crítica não deve ser pautada em adjetivações, mas ser uma crítica das regras, modelos, concepções e técnicas que informam qualquer escrita da história.

A pesquisa feita permitiu-nos perceber o movimento de pluralização do campo historiográfico brasileiro presente na produção do PPGHIS/UnB com seus diversos temas, objetos, problemas e abordagens. Tal pluralização não é negativa, como apontam alguns historiadores, mas vai ao encontro da idéia a qual compartilhamos de que é o historiador que escolhe o que será história, tal como postulado por Veyne.

Enfim, está dissertação traduz nosso esforço em historicizar à produção do PPGHIS/UnB, escrever a história de sua história, assim como traduz as condições

de produção de um mestrado com seus limites e possibilidades. É trabalho que esperamos possa servir de estímulo para pesquisas posteriores, por historiadores, igualmente interpelados pelo desafio em fazer o exame crítico da historiografia local e brasileira.

Referência bibliográfica

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão*. In GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Letras, 2006. Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/o_historiador_naif.pdf

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades*. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 4, n.19, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/o_tecelao_dos_tempos.pdf

ARRUDA, José Jobson. *Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas*. In **Saeculum: revista de história**, n. 16, João Pessoa, jan/jun 2007.

BALHANA, Altiva Pilatti. *Programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Paraná*. In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 3(5): 11-19, mar. 1983.

BARREIRO, José Carlos. *E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções*. In **Revista Projeto História**, n. 12. São Paulo: PUC-SP, 1995.

_____. *O mal-estar da História: crise e pensamento na historiografia moderna*. In SILVA, Zélia Lopes da. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BLANKE, Horst Walter. *Para uma nova história da historiografia*. In MALERBA, Jurandir (org). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BORGES, Vavy P. **O que é história**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002.

CAINELLI, M. e SCHMIDT, M. A. **Ensinar história**. São Paulo: Spicione, 2004.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CARR, Edward. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. In **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

_____. *Uma crise na história? A história entre narração e conhecimento*. In PESAVENTO, Sandra J. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade: UFRGS, 2001.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre história e historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. **Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Unesp, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sociabilidades sem histórias: votantes pobres no Império, 1824-1881*. In FREITAS, Marcos César de (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. *Considerações para uma teoria da cultura historiográfica*. **História Revista**: revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias / Universidade Federal do Goiás. Goiânia: Editora do Mestrado em História, v. 7, n. 1/2, jan/dez. 2002.

_____. *Teoria historiográfica: diálogo entre Tradição e Inovação*. In **Revista Varia História**. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, jul/dez 2006, p. 368-394.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **As relações entre Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)**. Brasília: PPGHIS/UnB, 1989. Dissertação.

_____. **As relações entre Brasil e Paraguai (1889-1930)**. Brasília: PPGHIS/UnB, 1997. Tese.

DOSSE, François. **A História**. Bauru-SP: Edusc, 2003.

FALCON, Francisco. *História e poder*. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FARIA, Aldenira Maria Piedade de. **A construção do gênero nos discursos do partido comunista do Brasil e da ação integralista brasileira (1935-1979)**. Brasília: UnB, 1995. Dissertação de Mestrado.

FEBVRE, Lucien. *Combats por la historia*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974. Apud: CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. **Ensinar história**. São Paulo: Spicione, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. *Programa de pós graduação em história*. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 3(5): 61-66, mar. 1983.

FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre a historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90*. In GUAZELLI, C. A. B. et al (orgs.). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

____; _____. **A história no Brasil (1980-1989)**: série dados. Ouro Preto: UFOP, 1994.

____; _____. *Teses e dissertações de história defendidas em 1995*. In **Estudos históricos**, vol. 9, nº 17, 1996.

____; _____. *A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica*. In MALERBA, Jurandir (org.). **A velha História**: teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papirus, 1996.

Folder de divulgação para seleção mestrado e doutorado PPGHIS/UnB. Brasília: UnB, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GOMES, Ângela Castro. *A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuição para pensar a nossa história*. IN GUAZELLI, C. A. B. et al (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

GUAZELLI, C. A. B. Et al (orgs). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido*. In **História em Revista**: dossiê Historiografia, Pelotas/RS, v. 06, dez. 2000. Disponível em http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/hr/historia_em_revista_06.html

HERNANDES, Norma Mamede. **Volantes e cangaceiros no sertão das Alagoas**: estudo da repressão ao cangaço durante o Estado Novo. Brasília: UnB, 1989. Dissertação de Mestrado.

IGGERS, Goerge. *Desafios do século XXI à historiografia*. In **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 04, março de 2010. p. 105-124.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Produção acadêmica da Pós-Graduação em história da PUC-SP*. In **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

____.; ____; *Produção acadêmica da Pós-Graduação em História da PUC-SP*. In **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

JENKINS, K. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

KHOURY, Yara Maria Aun, et al. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos conceitos*: problemas teóricos e práticos. In **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

KUSSAMA, Lígia. **Crítica feminista e ciência na historiografia dos anos 1980**. Anpuh/RJ: 2004. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Ligia%20Kussama.doc>.

MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

____. *Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990*. In **Textos de História**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB: Dossiê: memória, identidade e historiografia. Brasília: UnB, vol. 10, nº 1/2, 2002.

____. (org). **A velha história**: teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

____; ROJAS, Carlos Aguirre (orgs). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

MARCHI, Euclides et al. *Trinta anos de historiografia*: um exercício de avaliação. In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, set. 92/ago. 93 (1993).

MARTINS, Estevão de Rezende. *História*. In **Crítica**: revista de filosofia. Disponível em: http://criticanarede.com/fil_historia.html Acessado em 13 de maio de 2010.

MONTEIRO, Maria Helena Pinheiro. **A classe operária vai ao Parlamento?** A constituinte de 1933-34. Brasília: UnB, 1983. Dissertação de Mestrado.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ciência, história e memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina H & PARENTE, Temis Gomes (orgs.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo e SALES, Eric. *Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006)*. In **Textos de História**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB: Dossiê: A escrita da História: os desafios da multidisciplinaridade. Brasília: UnB, vol. 15, n. 1/2, 2007 (2008).

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **As Salvações nacionais: o caso do Ceará (1912-1914)**. Brasília: UnB, 1984. Dissertação de Mestrado.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Sobre gênero, sexualidade e o segredo de Brokeback Mountain: uma história de aprisionamento*. In: STEVENS, Cristina M. T.; NAVARRO-SWAIN, Tania (orgs.). **A construção dos corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

OLIVEIRA, José Flávio de. Programa de Pós-Graduação em ciências sociais na Unimep – área de história e sociologia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ano 3 (5): 67-72, mar. 1983.

PALM, Roberto. **A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro**. Brasília: UnB, 1984. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Manoel Martins. **Políticas migratórias entre o Brasil e o Japão: do subsídio (1926) ao sistema de quotas (1934)**. Brasília: PPGHIS/UnB, 1988. dissertação.

PETERSEN, S. R. F. *Linhas de pesquisa e as dissertações/teses nos programas de pós-graduação em História: algumas idéias para discussão*. In **Anos 90**, Porto Alegre, UFRGS., v. 6, p. 154-164, 1996.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. **A invasão espanhola na ilha de Santa Catarina**. Brasília: UnB, 1978. Dissertação de Mestrado.

PINHEIRO, Salete Favin. **Por uma história das trabalhadoras rurais sindicalistas no Rio Grande do Sul (1980-1997)**. Brasília: UnB, 1999. Dissertação de Mestrado.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Fernanda Mendes; NORONHA, Daisy Pires. Temáticas das dissertações e teses em ciência da informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da USP. **Ciência da informação**, Brasília, vol. 33, n. 2, maio/ago. 2004, p. 132-142.

RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In SILVA, Zélia (org). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1999.

Regulamento do PPGHIS/UnB. Brasília: UnB, 2005.

Revista Brasileira de História, São Paulo, 3(5), mar. 1983.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. Brasília: UnB, 1990. Dissertação de Mestrado.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História na UnB**: vinte anos de pós-graduação: 1976-1996. Brasília: Departamento de História.

SILVA, Joelma Rodrigues da. **Mulher: “pedra preciosa”**: prostituição e relações de gênero em Brasília (1957-1961). Brasília: UnB, 1995. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Ledenice Damásio da. **Os processos de inserção e rejeição sócio-econômica do negro**: uma contribuição para a história de Cantagalo, 1850-1930. Brasília: UnB, 1980. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Raul. **Influência política da Igreja Católica na Assembléia Nacional Constituinte de 1933/34**. Brasília: UnB, 1978. Dissertação de Mestrado.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: EdUnB, 2008.